

BAHIA EM PAZ: SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA

Assunto de primeira ordem da vida brasileira, a segurança pública tem sido objeto da permanente atenção do Governo da Bahia, com vistas a impedir que a violência que se verifica em vários centros urbanos do país não se repita, em escala e gravidade, no território baiano. Ampliar o sentimento de segurança da população é uma prioridade que se traduz na destinação dos recursos e nos esforços incessantes, até mesmo em nível de articulação internacional, para que o sistema de segurança possa dispor dos recursos humanos e operacionais requeridos para o enfrentamento de um desafio dessa magnitude.

Na prevenção e controle criminal foi aplicado em 2005 um montante de R\$ 1,3 bilhão – uma das maiores destinações do exercício – aplicado nas áreas de tecnologia, inteligência e telecomunicação; na contratação, formação e qualificação de servidores; na expansão, melhoria e aparelhamento de unidades policiais e prisionais; na ressocialização de presos e na educação no trânsito. Ao lado disso, o Governo do Estado buscou soluções avançadas, de ordem técnica e operacional, tendo firmado contrato com o Banco Expansion, da Espanha, no valor de US\$ 70 milhões, para a modernização das polícias, inclusive para a implantação de um avançado sistema de gestão de informações policiais, similar ao que já é utilizado nos países da União Européia.

Os investimentos e esforços dos últimos anos já repercutem em algumas estatísticas, que indicam sinais de reversão do índice de criminalidade. No Estado da Bahia, os delitos contra o patrimônio diminuíram significativamente entre 2004 e 2005, cabendo destacar que os roubos a banco diminuíram 39%, os roubos de carga foram reduzidos em 22%, os roubos e furtos de veículo decresceram 16%, e os roubos a ônibus 16%.

Em 2005, dentre outras ações, o Governo investiu na ampliação do quadro de pessoal, mediante concurso público; na qualificação de 3.309 servidores; incorporação de mais 732 veículos à frota; criação de duas companhias independentes, em Simões Filho e Ilhéus; construção, ampliação e melhoria de 28 unidades de segurança pública, entre estas, a inauguração de três unidades – em Formosa do Rio Preto, Riachão do Jacuípe e Ribeira do Pombal.

O sistema penitenciário foi contemplado com a abertura de 790 novas vagas e com obras de construção de cinco novas unidades – em Salvador, Serrinha, Lauro de Freitas, Itabuna e Simões Filho. Foi dada continuidade, em 2005, ao Programa de Ressocialização de Presos, que vem ocupando 16% da população carcerária em atividades laborativas remuneradas.

As despesas com a prevenção e o controle criminal realizadas em 2005 estão detalhadas na Tabela I.

Tabela 1	
PREVENÇÃO E CONTROLE CRIMINAL	
BAHIA. 2005 (R\$ 1.000,00)	
ÁREA	RECURSOS APlicados
Expansão e Aparelhamento das Polícias	49.711
Expansão e Aparelhamento do Sistema Penitenciário	18.383
Operações Policiais	6.845
Policionamento de Trânsito	5.098
Policionamento e Segurança Pública de Rodovias	3.003
Formação de Recursos Humanos	3.421
Perícias e Identificação Civil	654
Reintegração Social do Preso	927
Apuração de Infração Penal	350
Manutenção das Polícias	1.144.955
Manutenção do Sistema Penitenciário	112.706
TOTAL	1.346.051

Fonte: ICF/Siplan; elaboração SEPLAN/SGA

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Preocupado com a segurança pública e a paz social da população, o Governo da Bahia vem investindo e implementando medidas para o enfrentamento da criminalidade e da violência no Estado, especialmente na Região Metropolitana de Salvador, nas áreas de adensamentos populacionais e nas áreas de divisas do Estado, possibilitando o combate aos mais diversos tipos de delito e às organizações criminosas que migram de uma unidade da federação para outra.

Na estrutura organizacional da Secretaria da Segurança Pública – SSP, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública – GGI/BA, com a finalidade de coordenar, no Estado, o sistema estadual de segurança pública, identificar os focos de violência e criminalidade e propor ações conjuntas.

O GGI/BA, sendo um órgão deliberativo, executivo e integrando o Sistema Único de Segurança Pública, implantado pelo Governo Federal, é composto de representantes das Polícias Civil e Militar, Departamento de Polícia Técnica – DPT, Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH, Departamento de Trânsito – Detran, Polícias Federal e Rodoviária Federal, além de um representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp do Ministério da Justiça, sob a presidência do secretário da Segurança Pública do Estado.

Em 2005, foi iniciada a implementação da Delegacia Circunscional de Lauro de Freitas e da Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso, seguindo a revisão da Lei 9.277, de 7 de outubro de 2004, que reestruturou a SSP. Através desta lei foram ainda criadas 21 Unidades Operacionais de Segurança Pública, 11 Delegacias Circunscionais, duas Dele-

gacias de Proteção Ambiental, três Delegacias de Repressão a Furtos e Roubos, quatro Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher e a primeira Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso.

Uma outra medida importante implementada pelo Governo do Estado na área da segurança pública foi a assinatura de um contrato com o Banco Expansion, da Espanha, cujo agente financiador interno é o Banco do Brasil, em setembro de 2005, para a obtenção de duas linhas de financiamento externo, no valor de US\$ 70 milhões, tendo como horizonte de execução o prazo de 18 meses.

Esses recursos serão aplicados na aquisição de equipamentos como lanchas, motoplanadores, helicópteros, veículos-laboratoriais, carros de bombeiros, equipamentos de informática e telecomunicações e softwares de gestão, envolvendo cinco linhas de intervenção:

- Fortalecimento de Operações Policiais Militares;
- Modernização da Polícia Técnica;
- Reequipamento do Corpo de Bombeiros;
- Modernização do Sistema de Telecomunicações; e
- Modernização Tecnológica da Secretaria da Segurança Pública.

Com o Ministério da Justiça, através da Senasp, estão sendo executados 30 convênios envolvendo recursos da ordem de R\$ 25 milhões.

Expansão e Melhoria das Unidades do Sistema de Segurança Pública

A Tabela 2 detalha a execução dos investimentos em obras na rede de segurança pública estadual em 2005.

Tabela 2**EXPANSÃO E MELHORIA DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA**

BAHIA, 2005

(R\$ 1.000,00)

UNIDADE	MUNICÍPIO	RECURSOS APLICADOS
Concluídas		2.315
Construção de Unidade de Divisa Conjugada	Formosa do Rio Preto	437
Construção de Delegacia (convênio com o município)	Botuporã	300
Construção de Delegacia	Riachão do Jacuípe	83
Construção de Delegacia	Ribeira do Pombal	165
Construção de Delegacia (convênio com o município)	Santo Estevão	220
Recuperação de Delegacia	Aurelino Leal	—
Recuperação de Delegacia	Chorrochó	87
Recuperação de Delegacia	Eunápolis	142
Recuperação de Complexo Policial	Ilhéus	94
Recuperação de Complexo Policial	Itabuna	243
Recuperação de Delegacia	Itamaraju	—
Recuperação de Delegacia	Porto Seguro	30
Recuperação da Deltur	Porto Seguro	20
Recuperação da 40ª CIPM	Salvador	30
Recuperação do Prédio da Stelecom	Salvador	63
Recuperação do Pergolado do Complexo dos Barris	Salvador	213
Recuperação de Delegacia	Santo Antônio de Jesus	188
Em Andamento		958
Construção de Delegacia	Cipó	89
Construção do Anexo da SSP	Salvador	224
Construção das Delegacias Derca e DAI	Salvador	56
Recuperação da 36ª CIPM	Dias d'Ávila	17
Recuperação de Delegacia	Itabela	—
Recuperação de Delegacia	Itacaré	62
Recuperação da Carceragem do Batalhão da PM	Lauro de Freitas	26
Recuperação do COE – PC	Salvador	38
Recuperação dos Prédios do DPT/IIPM e Laboratório Central	Salvador	446
Recuperação do Prédio SSP – CAB	Salvador	79
TOTAL		3.273

Fonte: SSP; SEDUR/Sucab

Entre as obras concluídas, foram inauguradas e entregues à população, ao longo do exercício de 2005, as unidades de divisa conjugadas de Campo Alegre de Lourdes e Rio Real, ambas concluídas em 2004, além da unidade de divisa de Formosa do Rio Preto, e das delegacias de Riachão do Jacuípe, Ribeira do Pombal e Santo Estêvão, concluídas em 2005. A delegacia de Botuporã, também concluída em 2005, será inaugurada em 2006. As três



Delegacia de Riachão de Jacuípe

José Roque

José Roque



Delegacia de Ribeira do Pombal

José Roque



Delegacia de Eunápolis

O Governo do Estado tem realizado esforços cada vez mais significativos na construção, reconstrução e recuperação de delegacias e outras unidades de segurança pública. O programa de investimentos, em 2005, foi viabilizado através de investimentos da ordem de R\$ 3,3 milhões, envolvendo, entre as obras concluídas e em andamento, 28 unidades localizadas em áreas de alta ocorrência criminal

unidades de divisa integram as forças das Polícias Militar e Civil para atuarem nas áreas de fronteira com outros Estados da Federação.

Para a preservação e melhoria das unidades existentes, foram concluídas, durante o exercício de 2005, as recuperações do prédio sede da Superintendência de Telecomunicações – Stelecom, do pergolado do complexo da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes

– DTE, das delegacias de Santo Antônio de Jesus, Eunápolis, Chorrochó, Aurelino Leal e Itamaraju, dos complexos policiais de Itabuna e de Ilhéus e de duas delegacias em Porto Seguro, entre elas a Delegacia do Turista – Deltur.

Em fase de conclusão destaca-se: a ampliação do prédio do Instituto de Identificação Pedro Mello – IIPM, esta última em convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Entre as obras em execução, destacam-se a reforma estrutural dos prédios do Departamento de Polícia Técnica – DPT, do Laboratório Central da Polícia Técnica – LCPT e da sede da SSP, além das construções da Delegacia Especial de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente – Derca e da Delegacia do Adolescente Infrator – DAI.

Aparelhamento das Unidades do Sistema de Segurança Pública

Em parceria com a União, o Governo do Estado inaugurou, em junho de 2005, o Laboratório Regional de DNA Forense, com padrão internacional, com o objetivo de reforçar a contraprestação do serviço público, ao identificar, com precisão, vítimas e



Coletes de segurança

suspeitos em casos de homicídio e crime sexual. Funcionando no prédio do Departamento de Polícia Técnica – DPT, o laboratório atende também à demanda dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Para implantar o laboratório, que integra a Rede Nacional de Genética Forense, foram aplicados R\$ 1 milhão.

Dezoito unidades operacionais e administrativas de segurança pública foram equipadas ou reequipadas em 2005. Dentre elas, as corregedorias (Geral e da Polícia Civil), as academias (Polícia Militar – PM e Polícia Civil – PC); as superintendências de Inteligência e de Telecomunicações; as 16^a, 22^a e 23^a delegacias de polícia (Pituba, Simões Filho e Lauro de Freitas, respectivamente); as unidades integradas de segurança pública situadas em Campo Alegre de Lourdes e Formosa do Rio Preto; as delegacias de Botuporã, Santo Estêvão, Itacaré, Euclides da Cunha, Santa Maria da Vitória e Barreiras, além do Instituto de Identificação Pedro Mello, este último em destaque pela aquisição do sistema de arquivamento deslizante, com capacidade de instalação para 16.400 prontuários, o que permitirá uma identificação civil e

criminal mais eficaz. Os investimentos ultrapassam R\$ 2,4 milhões, originários de recursos próprios do Estado e de parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Justiça.

Com relação a armamentos e equipamentos de segurança, foram aplicados R\$ 5,8 milhões na aquisição de 2.092 armas, entre metralhadoras, carabinas e pistolas, além de 415 mil cartuchos de munições diversas, 100 granadas e espargidores (spray paralisante), além de 1.598 coletes balísticos. Destaque para o sistema de vigilância do Centro Histórico de Salvador, em vias de implantação, com monitoramento por meio de circuito fechado de televisão, e para o sistema de telecomunicações, voltado para a integração no atendimento às solicitações e denúncias da sociedade.

Ampliação da Frota de Veículos

Visando proporcionar maior mobilidade operacional às Polícias Civil, Militar e Técnica, no exercício de 2005, foram adquiridos 208 veículos, sendo 197 para patrulhamento ostensivo, terrestre e aquático e 11 para as atividades administrativas e de apoio operacional. Ao longo do exercício foram incorporados 732 veículos, beneficiando 375 municípios baianos.



Ampliação da frota

A Tabela 3 demonstra a tipologia dos veículos adquiridos em 2004 e 2005.

Tabela 3		
TIPOLOGIA DOS VEÍCULOS ADQUIRIDOS		
BAHIA, 2004/2005		
TIPO	QUANTIDADE	
	2004	2005
Viatura de Patrulhamento Ostensivo	830	147
Motocicleta	45	–
Viatura não Padronizada	14	29
Pick-up	223	18
Ônibus	9	1
Caminhão-Furgão	7	4
Microônibus	1	4
Bote	4	3
Reboque	–	2
TOTAL	1.133	208

Fonte: SSP

Encontra-se em fase de contratação, através do financiamento externo pelo Banco Expansion, a aquisição de dois motoplanadores modelo AMT-2005 Super Ximango e dois helicópteros modelo Esquilo AS 350B2, nos valores de R\$ 3,6 milhões e R\$ 14,4 milhões respectivamente. As aquisições visam dotar a Polícia Militar, por meio do seu grupamento aéreo, de condições operacionais e logísticas no combate ostensivo ao crime.

Sistemas de Informações

O Governo do Estado aplicará US\$ 8 milhões na melhoria do serviço de informações da segurança pública, com a implantação do Sistema de Gestão de Informações Policiais – Sigip, que já vem sendo utilizado pelo Corpo Nacional de Polícia da Espanha e em outros países da União Européia. O novo sistema vai substituir o Sistema de Atendimento Policial – Sisap, usado hoje em unidades operacionais da Polícia Civil na Região Metropolitana de Salvador.

Ao longo do exercício de 2005 foram aplicados recursos da ordem de R\$ 8,3 milhões para a compra de equipamentos de informática e telecomunicações, tais como microcomputadores, notebooks, impressoras, servidores de rede, dentre outros, além de programas especializados em análise e investigação, visando aumentar a eficiência e eficácia nas ações policiais integradas. Em decorrência dos convênios firmados com o Ministério da Justiça, através da Senasp, várias ações estão sendo executadas no âmbito da coleta, armazenagem e disseminação de informações capazes de atender à comunidade em questões de segurança pública.

A unificação dos serviços 0800, por meio do Disque Denúncia para o recebimento de denúncias diversas e a implementação de um call center na Stelecom, através do serviço 190, para os atendimentos das mais variadas formas, reforçam as realizações empreendidas pelo Governo da Bahia no sentido de permitir registros, processos e encaminhamentos das solicitações, de forma ágil e segura.

Uma outra inovação, implementada em 2005, foi a parceria firmada entre a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, para a utilização do Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia – Informs, largamente utilizado em estudos e projetos de requalificação urbana e apoio à gestão municipal em todo o Estado. A ferramenta possibilita o georreferenciamento das ocorrências policiais, viabilizando o mapeamento das áreas de maior incidência de furto, roubo e assalto, dentre outras ocorrências.

Está prevista a implementação do Sistema de Informações Gerenciais do Turismo do Brasil – Sigtur, através de um convênio de cooperação entre a SSP,

Bahiatursa, Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTI e a Associação Brasileira da Indústrias Hoteleiras, objetivando a composição de uma base de dados para coleta, processamento, armazenamento, análise e distribuição de informações turísticas em todo o país, melhorando assim questões relativas à segurança na rede hoteleira baiana. Outras informações sobre o Sigtur podem ser encontradas no capítulo referente a Turismo, no volume 2 deste relatório.

Formação e Qualificação de Profissionais

É importante destacar os investimentos do Governo do Estado na gestão dos recursos humanos da segurança pública, com a realização de concurso público em 2005, para a oferta de novas vagas e a incorporação de 1.606 profissionais de concursos anteriores.

Em parceria com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, o Departamento de Polícia Técnica – DPT realizou em dezembro de 2005 o concurso público para o preenchimento de 412 vagas. Foram oferecidas 100 vagas de peritos médicos, 100 vagas de peritos criminais, 12 de peritos odonto-legais e outras 200 de peritos técnicos. Estas informações encontram-se detalhadas na Tabela 4.

A Academia da Polícia Civil – Acadepol realizou, no início de 2005, o curso de formação dos novos agentes e escrivães de polícia, aprovados em concurso público, objetivando a renovação do quadro de funcionários e a formação de uma polícia mais eficaz. Foram formados 287 agentes de polícia e 46 escrivães de polícia, além da convocação de mais duas turmas envolvendo 206 agentes e 51 escrivães de polícia, também aprovados no último concurso. Com a incorporação dos novos servidores, o efetivo da Polícia Civil passou a ser de 854 delegados, 3.432 agentes e 787 escrivães de polícia.



Capacitação da PM-BA

Tabela 4	
MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL SSP	
BAHIA, 2005	
CARGO	QUANTIDADE
Provimento de Pessoal de Concursos Anteriores	1.606
Agente de Polícia/Investigador	7
Delegado de Polícia	8
Escrivão de Polícia	1
Perito Médico-legal	1
Aluno Oficial (PM)	139
Aluno Soldado (PM)	1.450
Vagas Oferecidas em Concursos	412
Perito Criminalístico	100
Perito Odonto-legal	12
Perito Médico-legal	100
Perito Técnico de Polícia	200

Fonte: SSP; elaboração SAEB e SEPLAN/SGA

A descentralização das atividades da Acadepol, em 2005, beneficiou, com a realização de concursos para agentes e escrivães, quatro áreas do interior do Estado: Juazeiro, Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista, onde são mantidos núcleos de ensino, propiciando, além da fixação do policial em sua cidade ou região de origem, a oferta aos profissionais do interior do Estado do mesmo nível de atualização técnica e ética fornecida aos colegas da capital.

A Polícia Militar formou 314 oficiais e outros 278 estão em fase de conclusão do curso de formação. Além disso, implantou, de forma pioneira, na unidade da 40ª Companhia Independente da Polícia Militar (Nordeste de Amaralina), a primeira turma do Projeto Educar, que consiste na preparação de profissionais para atuar de forma eficiente junto à comunidade, através da educação e da conscientização, fazendo um trabalho preventivo de combate ao crime infanto-juvenil.

Os cursos oferecidos para a atualização, capacitação, motivação e humanização envolveram 3.309 servidores da segurança pública, conforme Tabela 5.

Prevenção e Controle da Ordem Pública

Com a finalidade de intensificar o combate ao crime organizado nas regiões de fronteira e no interior do Estado, tais como tráfico de drogas e armas, roubo

Tabela 5

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES BAHIA, 2005

CURSO/TREINAMENTO	Nº DE SERVIDORES
Formação de Agente de Polícia	287
Formação de Escrivão	46
Curso de Atualização em Sindicância Administrativa	24
Capacitação em Informática	32
Tropa Montada para Oficiais – CTMO	14
Treinamento de Abordagem de Coletivos	53
Instrução de Tiros para Praças	134
Estágio Básico de Ações Táticas Rodoviárias	26
Treinamento Especializado em Patrulhamento em Área de Alto Risco	32
Adaptação ao Cerrado para Praças – Ciac	229
Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública – Cegesp	12
Especialização em Segurança Pública – Cesp	22
Piloto Policial de Helicóptero para Oficiais	7
Observador Aéreo para Praças	8
Curso Especial de Mecânica de Aeronave para Praças	5
Curso Especial de Formação de Sargentos – Cefs	104
Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos	4
Curso Básico de Gerenciamento de Crises para Oficiais Superiores	40
Feitos Investigatórios – CFI	18
Especialização em Socorristismo de Eqüinos – Ceseq	14
Formação de Oficiais da Polícia Militar (Formados)	314
Formação de Oficiais da Polícia Militar (Em andamento)	278
Formação de Soldados 2004/2005 – CFSd	1.452
Curso Básico de Execução de Despesa Pública	40
Curso de Pregoeiro	112
Curso de Formação de Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd	2
TOTAL	3.309

a banco, assalto a coletivos intermunicipais e interestaduais, além da erradicação do plantio de maconha, foi constituída, no segundo semestre de 2005, a Companhia de Ações Especiais do Litoral Norte – Cael, com sede na cidade de Esplanada, abrangendo 112 municípios.

A Companhia vem somar-se a outras cinco em atuação no Estado, possibilitando uma ação mais efetiva em todo o território baiano. O Quadro 1 apresenta a descrição das companhias, município sede e abrangência.

Foram criadas também, através da Lei 9.848, de 29 de dezembro de 2005, mais duas companhias independentes: a Companhia Independente Especializada de Polícia Industrial – Ciepi, com sede no município de Simões Filho; e a Companhia de Ações Especiais da Região Cacaueira – Caerc, com sede em Ilhéus, ainda não implementadas.

A criação de forças-tarefas de combate à criminalidade e o uso da inteligência policial são estratégias promovidas pelo Governo do Estado para o aumento da eficiência e da eficácia das ações policiais. Em abril de 2005 foi criada a **Operação Guardiões da Vida**, de duração contínua e prazo indeterminado, coordenada pelos Departamentos de Crimes Contra a Vida – DCCV e de Polícia Metropolitana – Depom, envolvendo mais de 100 policiais em cada área assistida e que veio somar esforços à prevenção do crime.



Roberto Vana

Material apreendido pela polícia

Quadro 1

COMPANHIAS ESPECIAIS

BAHIA, 2005

COMPANHIA ESPECIAL	SEDE	ABRANGÊNCIA
Caema – Companhia de Ações Especiais da Mata Atlântica	Nova Viçosa	Municípios do litoral sul e extremo sul
Caesg – Companhia de Ações Especiais do Gerais	Cândido Sales	Municípios situados na divisa com Sudoeste e Minas Gerais
Caesa – Companhia de Ações Especiais do Semi-árido	Xique-Xique	Municípios do semi-árido baiano. Atua através de seis bases operacionais
Cael – Companhia Independente de Ações Norte (*)	Esplanada	Município da região do Paraguaçu até a Nordeste, composta de sete bases operacionais. Atua no interior e na capital
Cpac – Companhia Independente de Ações em Caatinga	Chorochó	Municípios do norte, notadamente os que compõem o polígono da maconha
Ciac – Companhia Independente de Ações Cerrado	Luís Eduardo Magalhães	Municípios da margem esquerda do Rio São Francisco e toda a extensão que limita a Bahia com os Estados de MG, GO, TO e PI

Fonte: SSP

(*) Nova denominação da Caep – Companhia de Ações Especiais do Paraguaçu, de acordo com a Lei 9.848, de 29 de dezembro de 2005

Esta força-tarefa, de abril a dezembro de 2005, abordou 75.712 pessoas, efetuou 49 prisões, conduziu 550 pessoas às delegacias e realizou 393 apreensões, entre drogas, armas e veículos, em diversos bairros da capital, além de 34.300 bares da capital e RMS abordados entre os meses de abril e outubro.

A Força-Tarefa de **Repressão a Roubos a Bancos**, integrada por policiais civis do Comando de Operações Especiais – COE, Departamento de Polícia do Interior – Depin, Departamento de Polícia Técnica – DPT e policiais militares, em articulação com o Ministério Público Estadual e a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, vem conseguindo frustrar tentativas de assalto a banco e desarticular diversas quadrilhas. Desde a sua implantação, em 2003, a força-tarefa apreendeu armas, incluindo fuzis de uso exclusivo dos exércitos russo e americano, explosivos, granadas, munições e veículos.

Entre as ações desenvolvidas em 2005 no combate ao roubo a banco e que contribuíram para a redução desse tipo de delito, podem ser destacadas:

- Desarticulação de quatro quadrilhas de roubo a banco em todo o território baiano, com a prisão de 17 pessoas;
- Captura de três integrantes de uma quadrilha que praticou extorsão mediante seqüestro contra os gerentes das agências do Banco do Brasil das cidades de Irecê, Ibititá, Central e Conceição do Coité;
- Prisão de três integrantes de quadrilhas de roubo a banco e seqüestro mediante extorsão. Os mesmos tiveram participação em pelo menos dez assaltos às agências bancárias no interior do Estado, além da participação no seqüestro mediante extorsão que vitimou a família do gerente do Banco do Brasil da cidade de Maragogipe; e a
- Prisão de cinco integrantes de uma quadrilha especializada em roubo a banco na modalidade de extorsão mediante seqüestro e assalto a carro

forte, na capital, interior da Bahia e no Estado de Minas Gerais. O trabalho em conjunto contou com a participação de diversos órgãos da Polícia Civil, além do serviço de inteligência e do Grupo de Repressões Especiais de Minas Gerais.

Na repressão ao tráfico de drogas e ao crime organizado, através da Força-Tarefa de **Combate ao Narcotráfico**, destacam-se as seguintes ações e seus resultados:

- Apreensão de 1,1 tonelada de maconha pelo Departamento de Tóxicos e Entorpecentes da Polícia Civil, além da prisão de traficantes, naturais de Cabrobó e Belém do São Francisco, municípios de Pernambuco, integrantes da "Quadrilha dos Aracuás", considerada a maior organização criminosa em atividade no Estado da Bahia;
- Operação Ouro Verde – Destrução de 620 quilos de maconha prensada e pronta para ao consumo, de 173.500 pés da erva no ponto de colheita, além de 30 mil mudas prontas para o plantio. A operação contou com a integração das ações das Polícias Civil e Militar, nas cidades de Jacobina, Senhor do Bomfim e Xique-Xique e resultou na prisão de três pessoas, além da apreensão de 155 veículos desmanchados ou sem documentação;
- Apreensão, por policiais da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes de Feira de Santana, de 122 quilos de cocaína refinada. A droga, avaliada em R\$ 2,5 milhões, seria distribuída nas cidades de Salvador, Fortaleza, Recife e São Paulo; e a
- Operação Papoula – Prisão, em um condomínio de luxo no Guarujá, no Estado de São Paulo, do principal suspeito de ser o responsável de traficar os 122 quilos de cocaína em Feira de Santana.

- **Grupo Especial de Repressão a Crimes de Extermínio – Gerce**, que visa intensificar a

investigação e a repressão a crimes de extermínio, constituído pela Polícia Civil, junto com uma força-tarefa composta pelo Ministério Público e pela Polícia Militar, com o apoio da Superintendência de Inteligência e do Departamento de Polícia Técnica, está promovendo um combate sistemático a este tipo de crime. Em 2005, foram desarticulados sete grupos de extermínio, com 37 integrantes presos, dentre estes 20 policiais.

○ **Grupo Especial de Repressão aos Crimes Contra a Administração Pública – Gercassp**, coordenado pela Polícia Civil e constituído em novembro de 2004 com o objetivo de coibir o uso clandestino de água em todo Estado, registrou 68 prisões em flagrante, realizou 1.191 audiências, instaurou 461 inquéritos policiais, além de concluir 319 inquéritos e remetê-los à Justiça para as providências legais cabíveis. A Companhia Baiana de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, participam da força-tarefa ajudando no apoio operacional, dando manutenção ao grupo.

Outros significativos programas especiais de policiamento foram desenvolvidos, a exemplo:

- Em janeiro de 2005, foi instituído um grupo de trabalho para intensificar o combate à exploração sexual de menores e atuar em conjunto com o Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, envolvendo cerca de 50 organizações não-governamentais e representantes do Governo do Estado. A medida visa não só facilitar a interlocução com os diversos grupos organizados que atuam nesta área, mas também tornar a atuação governamental mais efetiva e mais integrada, através da ação articulada de vários órgãos estaduais;
- O policiamento dos eventos populares e dos pontos turísticos, voltado para a manutenção da segurança e da tranqüilidade da população local e flutuante. Neste sentido, merece destaque o

carnaval, que registrou um público médio de dois milhões de foliões, sobressaindo-se os circuitos Barra–Ondina e Campo Grande–Praça da Sé, com 25 quilômetros de extensão. A Operação Carnaval, no ano de 2005, utilizou um efetivo superior a 13 mil policiais militares treinados e capacitados para a implementação da segurança dos foliões no circuito e áreas adjacentes. Foram instalados 38 postos de comando e 100 postos elevados de observação que facilitaram a visualização do evento, viabilizando as abordagens policiais no caso de ocorrência. Houve ainda o apoio tecnológico de 17 câmeras de filmagem fixas e móveis que monitoraram pontos estratégicos do carnaval, possibilitando maior rapidez entre a constatação de uma ocorrência e o pronto emprego das 1.663 patrulhas que atuaram na festa;

- A Operação Verão nas cidades turísticas do Estado previu o emprego do policiamento ostensivo visando oferecer proteção e segurança aos residentes e visitantes dos pólos turísticos do Estado;
- A Operação Centro Histórico de Salvador e Corredor Turístico visa proteger o patrimônio histórico e cultural de Salvador, bem como os cidadãos visitantes e pessoas outras que exercem as suas atividades profissionais nesses locais ou mesmo são residentes em tais áreas da cidade;
- A repressão a roubo e assalto a ônibus na capital e rodovias foi realizada, por meio do policiamento ostensivo motorizado, procedendo a abordagens em locais de reincidência criminal nos usuários do sistema de transportes urbano e rodoviário, a fim de evitar novas práticas delituosas, bem como dar maior segurança às pessoas que utilizam o sistema de transportes coletivo;
- A Operação Bahia em Paz foi uma intervenção permanente desencadeada em todo o Estado, objetivando diminuir os altos índices de violência e de criminalidade existentes nas diversas regiões do Estado;

Alceu Elias



Operação policial

- A Operação Visão Noturna tem por finalidade o combate a roubos de veículos e assaltos relâmpagos perpetrados durante a noite nos bairros de Salvador;
- As Rondas Especiais – Rondesp executam o policiamento de rádio-patrulhamento nos diversos bairros de Salvador, realizando abordagens a pessoas e veículos considerados suspeitos, com o objetivo de evitar delitos e outras infrações de menor poder ofensivo;
- A Ronda Escolar, realizada na capital e no interior, prescreve técnicas, atitudes e estruturação de recursos humanos e materiais utilizados no serviço especial de ronda escolar, com o objetivo de oferecer proteção e segurança ao corpo docente e discente, bem como aos seus familiares e cidadãos outros que freqüentam as referidas escolas e suas cercanias; e as
- As rondas em propriedades rurais foram realizadas devido ao recrudescimento em todo país pela busca da posse da terra, realizada através dos movimentos sociais organizados envolvidos na questão agrária brasileira. Foram realizadas rondas rurais com o intuito de manter ou restabelecer o clima de convivência social pacífica entre as partes (proprietários e não proprietários da terra) em todo o Estado,

objetivando evitar que sejam acentuados os conflitos agrários.

Dando suporte às ações policiais, o Departamento de Polícia Técnica – DPT, por intermédio das suas unidades operacionais – Laboratório Central de Polícia Técnica – LCPT, Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto – Icap e Instituto Médico Legal Nina Rodrigues – IMLNR – expediu, em 2005, um total de 59.689 laudos/documentos periciais, contribuindo para subsidiar o Poder Judiciário nos processos criminais.

Em 2005, foram expedidos 849.082 documentos de identidade, pelo Instituto de Identificação Pedro Mello – IIPM.

A efetividade das ações policiais descritas neste capítulo pode ser evidenciada pela redução do número de ocorrências de crimes contra o patrimônio registrada em 2005, quando comparada com 2004. Esta redução foi verificada tanto na Região Metropolitana de Salvador como em todo o Estado da Bahia, conforme detalhamento apresentado nas Tabelas 6, 7 e 8.

A Tabela 9 e os Gráficos 1 e 2 apresentam outras estatísticas referentes a segurança pública entre os anos de 2003 e 2005.

Há de se considerar, entretanto, que o quadro social que se apresenta no país, o crescente processo de urbanização e de formação de adensamentos populacionais e, principalmente, o desemprego favorecem o incremento de delitos, as desavenças, os conflitos familiares e a inserção de jovens nas práticas de exploração sexual e de uso e tráfico de drogas. Esses fatores contribuem para o incremento do número de ocorrências contra a pessoa, a exemplo do homicídio doloso, que apresentou um crescimento de 4,2% em relação a 2004, em todo o Estado, conforme a Tabela 7.

Tabela 6
OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
BAHIA, 2004/2005

TIPO DE OCORRÊNCIA	ANO		VARIAÇÃO (%)
	2004	2005	
Homicídio Doloso	1.081	1.160	7,3
Lesão Corporal Dolosa	12.413	13.253	6,8
Estupro	334	404	21,0
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	31	43	38,7
Roubo a Transeunte	17.229	21.947	27,4
Roubo a Residência	1.006	843	-16,2
Roubo a Estabelecimento Comercial ou de Serviços	2.264	1.929	-14,8
Roubo a Ônibus	2.674	2.191	-18,1
Roubo a Transporte Alternativo	268	207	-22,8
Roubo a Banco	18	5	-72,2
Prisão em Flagrante	3.026	3.692	22,0
Apreensão de Arma de Fogo	1.104	1.216	10,1
Furto Simples	54.967	36.823	-33,0
Furto Qualificado	9.938	11.943	20,2
Furto de Veículo	2.938	2.105	-28,4
Roubo de Veículo	3.078	2.469	-19,8
Roubo de Veículo com Saque em Caixa Eletrônico	38	29	-23,7
Tráfico de Drogas	398	598	50,3
Usuário de Drogas	351	1.041	196,6
Apreensão de Adolescente em Ato Infracional	1.615	1.855	14,9
Ocorrência Envolvendo Escola	266	217	-18,4
Roubo a Transporte de Entrega de Carga	242	211	-12,8

Fonte: SSP/Cedep

Tabela 7
OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS EM TODO O ESTADO
BAHIA, 2004/2005

TIPO DE OCORRÊNCIA	ANO		VARIAÇÃO (%)
	2004	2005	
Homicídio Doloso	2.920	3.044	4,2
Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)	126	134	6,3
Roubo a Transeunte	23.993	29.883	24,5
Roubo a Residência	2.430	2.308	-5,0
Roubo a Estabelecimento Comercial ou de Serviços	3.795	3.597	-5,2
Roubo a Banco	54	33	-38,9
Roubo de Carga	214	168	-21,5
Roubo a Ônibus	3.547	2.977	-16,1
Veículo Recuperado	5.519	5.965	8,1
Veículo Subtraído	10.012	8.389	-16,2
Furto de Veículo	5.020	4.086	-18,6
Roubo de Veículo	4.992	4.303	-13,8

Fonte: SSP/Cedep

Tabela 8**SEGURANÇA PÚBLICA – INDICADORES**

BAHIA, 2004/2005(*)

INDICADOR	ANO		VARIAÇÃO (%)
	2004	2005	
Nº de Homicídios Dolosos/100 mil habitantes	Bahia	15,9	13,8
	Salvador	24,8	30,6
	RMS	31,3	12,8
Nº de Veículos Furtados/10 mil veículos (**)	Bahia	30,0	-18,7
	Salvador	41,3	-18,9
	RMS	41,2	-23,1
Nº de Veículos Roubados/10 mil veículos	Bahia	29,6	-11,4
	Salvador	38,4	-12,5
	RMS	78,7	-6,9
Nº de Veículos Subtraídos/10 mil veículos	Bahia	59,7	-14,7
	Salvador	79,7	-15,7
	RMS	119,9	-12,4
Índice de Recuperação de Veículos (%)	Bahia	54,5	31,7

Fonte: SSP/Cedep

(*) Dados referentes ao período de janeiro a novembro

(**) Estimativa da frota de veículos registrada no Detran/Bahia em junho de 2004 e 2005

Tabela 9**POLICIAIS MILITARES VÍTIMAS DE MORTE VIOLENTA**

BAHIA, 2003–2005

VITIMADOS	ANO		
	2003	2004	2005
Em serviço	5	11	14
Fora de serviço	31	34	22
TOTAL	36	45	36

Fonte: PM/Superintendência de Gestão Integrada da Ação Social – SIAP; Departamento de Serviço Social da PM

Neste contexto, a intervenção do Estado requer uma ação policial preventiva, planejada e articulada com os programas sociais e de geração de oportunidades de trabalho e renda, visando reverter esse quadro.

Projetos Sociais

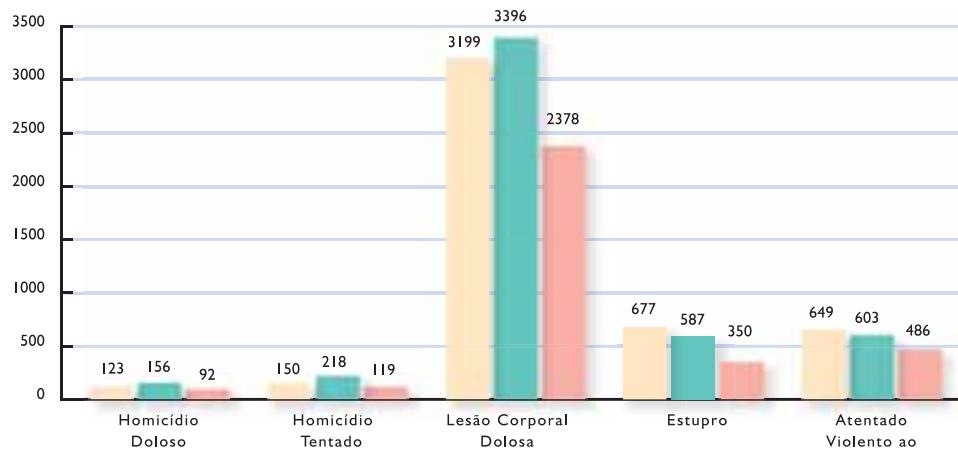
O Governo da Bahia vem desenvolvendo um conjunto diversificado de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, em que se inclui a prevenção e o controle criminal, a exemplo dos seguintes projetos:

- **Viva Nordeste**, a operacionalização integrada – Polícia Militar e Polícia Civil – foi feita, em 2005, através do desenvolvimento de uma série de ações baseadas no rol de sugestões e reivindicações coletadas junto à comunidade.

Entre as ações desenvolvidas destacam-se: Operação Abordagem a Coletivos; Operação Paz nas Ruas; Operação Visão Noturna; atendimento na 28ª Delegacia, criada em 2004; criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública; capacitação de 200 profissionais para o combate à violência infanto-

Gráfico 1

VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
BAHIA, 2003–2005(*)

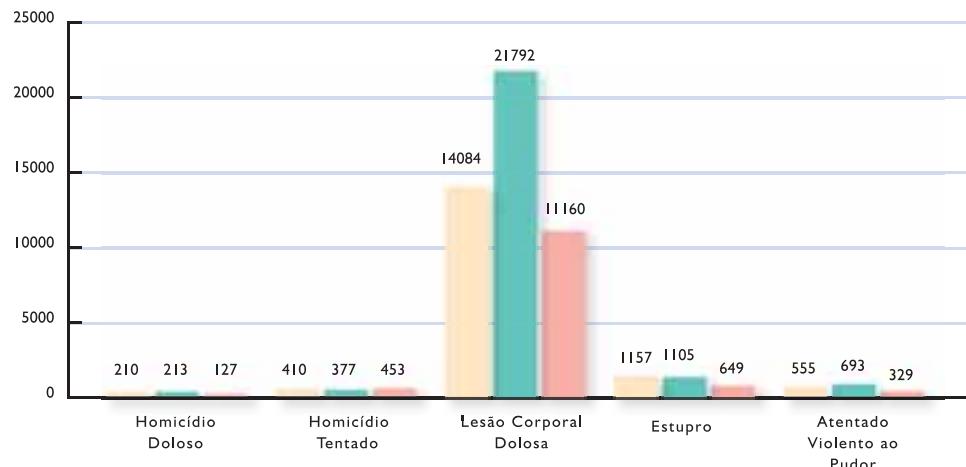


Fonte: SSP/Depon/Depin/DCCV/Cedep

(*) Dados de Julho

Gráfico 2

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
BAHIA, 2003–2005(*)



Fonte: SSP/Depon/Depin/DCCV/Cedep

(*) Dados de Julho

juvenil – Projeto Educar; e a realização dos Projetos Viver sem Drogas e Rastros da Paz;

- **Programa Sentinel**a, uma pesquisa do Governo Federal registra as regiões metropolitanas, os pólos turísticos, os entroncamentos rodoviários, as zonas portuárias e ribeirinhas, as áreas com população indígena e os locais de garimpo, como pontos de alta vulnerabilidade à violência sexual infanto-juvenil.

Em função disso, o Governo do Estado vem promovendo o atendimento para esse segmento através das Delegacias de Repressão a Crimes contra Crianças e Adolescentes – Derca e a Delegacia do Adolescente Infrator – DAI. Em 2005, estão sendo construídas as sedes dessas delegacias já com as instalações adequadas ao seu pleno atendimento;

- **Projeto Pelourinho**, realizado pela Polícia Militar em parceria com o Projeto Axé, na área do Centro Histórico de Salvador e adjacências, com o objetivo de atender adolescentes em situação de risco, através de medidas socioeducativas;

- **Projeto Ribeira Azul/Viver Melhor**, na linha do Programa de Redução da Pobreza Urbana na área do Ribeira Azul/Viver Melhor, a ação da segurança pública tem sido presente, em parceria com a comunidade, através da manutenção da segurança, especialmente no controle do tráfico de drogas e da violência doméstica, visando reduzir os índices de criminalidade na região dos Novos Alagados e no entorno das Enseadas do Cabrito e dos Tainheiros;

- **Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual – Viver**, criado há quatro anos, vem atendendo pessoas em situação de violência sexual, principalmente mulheres e crianças, e registrou, desde a sua operacionalização, em dezembro de 2001, até o final de 2005 um total de 3.770 atendimentos. Em 2005 foram realizados 955 atendimentos, entre homens e mulheres;

● **Programa de Resistência às Drogas e Violência nas Escolas – Proerd**, operacionalizado pela Polícia Militar, visa oferecer atividades educacionais voltadas à prevenção do uso de drogas e violência nas instituições de ensino, tendo participado do programa 10.504 alunos de 208 escolas em 21 municípios, em 2005. O Proerd é a versão brasileira do programa Dare (Drug Abuse Resistance Education), implantado inicialmente nos Estados Unidos e, atualmente, desenvolvido em mais de 50 países conveniados. A iniciativa é considerada pela ONU como um dos maiores programas de prevenção às drogas e à violência do mundo. Na Bahia, o programa foi iniciado em 2004.

O Proerd tem como objetivo, sobretudo, estabelecer uma relação de confiança entre o policial militar e o cidadão. A implementação do programa resulta de uma ação conjunta entre o policial militar, educadores, estudantes, pais e comunidade, no sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas por crianças e adolescentes do ensino fundamental das redes particular e pública de ensino, bem como orientá-las a reconhecerem e resistirem às pressões e às influências por parte dos marginais;

● **Centro de Referência para Mulheres Loreta Valadares**, uma outra iniciativa que promove o atendimento jurídico e psicopedagógico e orienta a mulher em situação de violência doméstica e sexual fazendo parte da rede de atendimento à mulher;

● **Centro de Atenção ao Adolescente e à Família**, em virtude da regionalização do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, foi implantado mais um Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente para aplicação de medidas socioeducativas de semiliberdade no município de Itabuna, operacionalizado pela SETRAS;

● **Gratuidade na Emissão de Carteira de Identidade**, lançada no final de 2005, uma outra

medida para melhoria da qualidade de vida da população mais carente é a isenção da taxa da primeira via da carteira de identidade. As pessoas que concluem curso de alfabetização e vão tirar uma nova carteira com sua assinatura no lugar da impressão digital também serão liberadas da tarifa a partir de março de 2006. As vias subseqüentes da identidade serão gratuitas para pessoas comprovadamente carentes;

- **Programa de Apoio a Usuários de Drogas**

– **Proad**, de iniciativa da Polícia Civil, tem como finalidade proporcionar um trabalho diferenciado no que tange à problemática das drogas, envolvendo policiais e seus familiares, acolhendos e orientando-os para um tratamento ambulatorial ou internação. Cerca de 121 usuários foram atendidos em 2005;

- **Núcleo de Estudos e Atenção ao Uso de Drogas – Nead**, que tem como objetivo

prevenir, informar e desmistificar a problemática da dependência química no desempenho da carreira policial, desenvolvendo um trabalho de escuta diferenciada para funcionários e seus familiares que são usuários de álcool e substâncias psicoativas. Em 2005, foram realizados 5.171 procedimentos, entre atendimentos, acolhimentos, orientações, contatos telefônicos, visitas domiciliares, reuniões e palestras, além da formação de grupos de família, envolvendo, além dos policiais, os seus familiares; e o

- **SACPM** – parceria entre a SAEB e a PM, objetiva um melhor atendimento às necessidades do policial militar no que diz respeito ao fornecimento de informações de caráter pessoal, bem como ao andamento dos processos e requerimentos realizados pelos mesmos, no âmbito do Estado, tais como certidões e consultas aos processos em trâmite na Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Polícia Cidadã

Modelo de sucesso em todo o mundo, a Polícia Cidadã foi implementada pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar, visando inovar a forma de atuação da força policial. Alicerçado no princípio do estreitamento das relações entre a polícia e a comunidade onde esta atua, a Polícia Cidadã permite uma maior efetividade no combate à criminalidade. O referido projeto é uma nova forma de policiamento, no qual a polícia atua de forma integrada com a comunidade, buscando soluções conjuntas para problemas relacionados com a segurança da comunidade, o que pressupõe uma boa relação de comunicação e confiança.

A participação da comunidade no gerenciamento e auxílio das ações da polícia comunitária preventiva é também de grande importância. No triênio 2003–2005 foram criados 77 Conselhos Comunitários de Segurança, equivalente a 68% dos 113 conselhos existentes na Bahia, significando uma das mais importantes estratégias de interação com a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade da segurança no Estado (Anexo I).



Polícia Comunitária

Contando com estatutos próprios, os Conselhos Comunitários de Segurança têm fomentado o bom relacionamento das comunidades e suas lideranças com os representantes do sistema de segurança pública local, além da promoção da integração com o policial, contribuindo para a redução de delitos e para uma maior harmonia nas comunidades.

A Polícia Militar, além de assegurar uma efetiva prestação dos serviços, consegue, ao interagir com a comunidade por meio dos Conselhos Comunitários, melhorar a sua imagem junto à população. Neste sentido, há de se considerar duas vertentes importantes: a motivação do cidadão-policial e a descentralização dos serviços.

Controle Interno da Atividade Policial

A Corregedoria Geral da Secretaria da Segurança Pública atende aos anseios da sociedade no que se refere aos esclarecimentos das denúncias de

irregularidades praticadas por policiais, com celeridade e imparcialidade. Contando também com o apoio da Ouvidoria da SSP, da Corregedoria da Polícia Militar e da Corregedoria da Polícia Civil, a Corregedoria Geral otimizou os seus serviços em prol da elucidação de diversos delitos envolvendo policiais.

Dos procedimentos administrativos instaurados até setembro de 2005, no âmbito da Polícia Militar, sete resultaram em advertência, 47 em detenção e 64 em demissão. Destes, 16 policiais militares foram indiciados e 30 processos foram encaminhados e denunciados ao Ministério Público e/ou Auditoria Militar para providências. No âmbito da Polícia Civil, 29 sindicâncias e 22 processos administrativos foram instaurados. No Departamento de Polícia Técnica – DPT, quatro servidores foram afastados de suas atividades por meio de processo administrativo, conforme o detalhamento demonstrado na Tabela 10.

Tabela 10

**PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS NO CONTROLE DA ATIVIDADE POLICIAL
BAHIA, 2005**

PROCEDIMENTO	ÓRGÃO			TOTAL
	PM	PC	DPT	
Advertência	7	4	–	11
Suspensão	–	51	–	51
Detenção	47	–	–	47
Demissão	64	4	4	72
PM Indiciado	16	–	–	16
Remessa de Autos (MP; Justiça)	30	–	–	30
Sindicância	–	29	–	29
Processo Administrativo	–	22	–	22
TOTAL	164	110	4	278

Fonte: SSP/Corregedoria Geral

Obs: PM = Polícia Militar, PC = Polícia Civil, DPT = Departamento de Polícia Técnica, MP = Ministério Públíco

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Um dos objetivos do Governo do Estado, no âmbito da Justiça e dos Direitos Humanos, especialmente da Administração Penitenciária, é custodiar e garantir a reintegração do preso à sociedade, através da melhoria das condições carcerárias, da redução do excedente da população prisional e das demais questões de segurança no sistema penitenciário.

Através de novas práticas de trabalho e da modernização da gestão penitenciária, a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH, vem criando as condições infra-estruturais necessárias, qualificando pessoal, intensificando e expandindo as suas atividades, estabelecendo mecanismos de integração com órgãos públicos e buscando as mudanças para combater o crime organizado e reduzir os focos de tensão e conflitos entre a população carcerária.

Atrelado a estas atividades, cuja finalidade maior é a ressocialização do preso, o Governo do Estado vem dando continuidade ao programa de expansão e melhoria do sistema penitenciário, oferecendo maior número de vagas e aprimorando a qualidade dos serviços prestados.

Construção, Ampliação e Recuperação de Unidades Prisionais

O ano de 2005 foi determinado pela conclusão das obras de construção de novas unidades prisionais, que proporcionaram um crescimento de mais 790 vagas (358 vagas em Salvador e 432 no interior do Estado), através da inauguração da Unidade Especial Disciplinar em Salvador e do Conjunto Penal de Serrinha e de outras ações, entre elas a ampliação da Casa do Albergado, que sofreu adequações para a sua ocupação.

Na Unidade Especial Disciplinar de Salvador e no Conjunto Penal de Serrinha, foi utilizada a mais recente tecnologia de construção de presídios, o que conferiu maior grau de segurança às referidas unidades, melhorando as condições de higiene e conforto. O padrão construtivo envolveu o emprego de concreto de alta resistência nas alas de celas, além de equipamentos eletrônicos modernos, o que revela a preocupação do Governo do Estado também com a melhoria da qualidade dos estabelecimentos penais. O foco principal desta modernização consiste em incorporar uma tecnologia mais avançada de engenharia de construção e de segurança, que possibilite a redução de custos de manutenção e de operação

Ascom - SJDH



Conjunto Penal de Serrinha

O Conjunto Penal de Juazeiro que, apesar de ter sido concluído em 2004, ainda não foi ocupado em decorrência do processo de co-gestão da unidade. A Tabela II apresenta as vagas existentes e a população carcerária, na capital e no interior do Estado.

Estão em andamento as obras de construção da Colônia Penal de Simões Filho, do Conjunto Penal de Itabuna e da Penitenciária de Lauro de Freitas, que juntas ampliarão em 1.088 as vagas no sistema penitenciário.

Ainda em 2005, foi firmado um convênio com a Caixa Econômica Federal para a construção da Penitenciária de Eunápolis, com 402 vagas, cujo investimento será da ordem de R\$ 9,2 milhões.

Registre-se ainda que os dois postos de saúde para o sistema penitenciário, iniciados em 2004, foram inaugurados na Penitenciária Lemos Brito e no Presídio de Salvador, e estão sendo operacionalizados em parceria com a Secretaria da Saúde – SESAB.

Tabela 11
**SISTEMA PENITENCIÁRIO – VAGAS EXISTENTES E POPULAÇÃO CARCERÁRIA
BAHIA, 2004/2005**

UNIDADE	TIPO DE REGIME	POPULAÇÃO CARCERÁRIA		VAGA	
		SET 2004	SET 2005	DEZ 2004	DEZ 2005
		3.818	4.681	3.041	3.399
Capital					
Presídio de Salvador	Fechado	1.078	1.307	784	784
Penitenciária Lemos Brito	Fechado	1.867	2.116	1.402	1.402
Conjunto Penal Feminino	Fechado, semi-aberto e aberto	156	180	132	132
Colônia Lafayete Coutinho	Semi-aberto	359	360	283	283
Centro de Observação Penal	Aberto	94	106	96	96
Casa do Albergado e Egresso	Aberto	46	67	64	98
Unidade Especial Disciplinar	Fechado	–	330	–	324
Hospital de Custódia e Tratamento		218	215	280	280
Interior					
Conjunto Penal de Feira de Santana	Fechado, semi-aberto e aberto	574	546	340	340
Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	Fechado, semi-aberto e aberto	250	348	268	268
Conjunto Penal de Valença	Fechado, semi-aberto e aberto	275	315	268	268
Presídio de Ilhéus	Fechado	215	275	180	180
Presídio de Vitória da Conquista	Fechado	106	127	139	139
Presídio de Esplanada	Fechado	108	77	112	112
Presídio de Paulo Afonso	Fechado	165	166	182	182
Conjunto Penal de Jequié	Fechado, semi-aberto e aberto	514	594	368	368
Conjunto Penal de Serrinha	Fechado, semi-aberto e aberto	–	–	–	432
Total Sistema Penitenciário		6.025	7.129	4.898	5.688
Presos Sob Guarda da SSP		4.601	5.552		
TOTAL		10.626	12.681	4.898	5.688

A Tabela 12 apresenta as obras de construção, que envolveram recursos da ordem de R\$ 32,8 milhões, e quando acrescidas das ações de recuperação das instalações físicas de diversas unidades do sistema, tais como a Penitenciária Lemos Brito, os Presídios de Salvador e de Paulo Afonso e o Hospital de Custódia e Tratamento, os recursos ultrapassam R\$ 34 milhões, re-

presentando um esforço do Governo do Estado neste segmento.

A partir de junho de 2005, verifica-se pela primeira vez uma redução na população custodiada em delegacias, em decorrência do incremento nas vagas oferecidas pelo sistema penitenciário, conforme as informações constantes no Gráfico 3.

Tabela 12**CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**

BAHIA, 2005

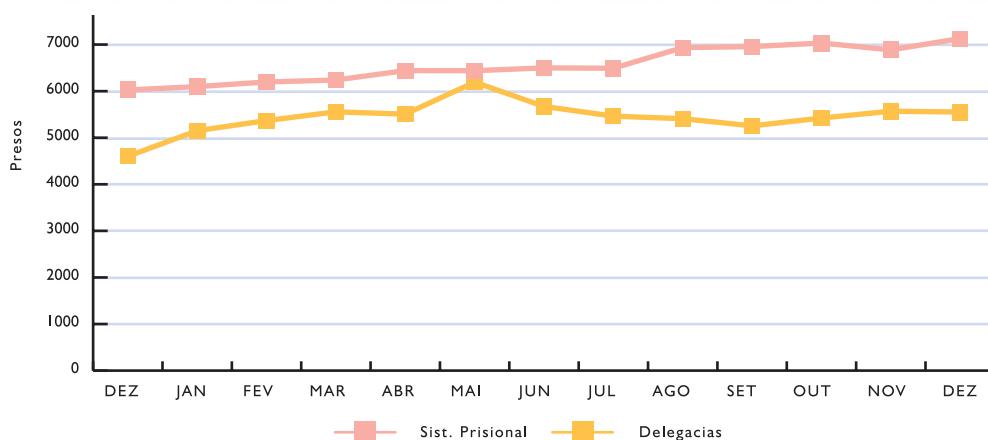
(R\$ 1.000,00)

UNIDADE	NOVAS VAGAS	RECURSOS APLICADOS
Obra Concluída	756	20.000
Construção da Unidade Especial Disciplinar	324	6.000
Conjunto Penal de Serrinha	432	14.000
Obra em Andamento	1.088	12.762
Construção da Penitenciária de Lauro de Freitas	430	4.925
Construção do Conjunto Penal de Itabuna	430	5.738
Construção da Colônia Penal de Simões Filho	228	2.099
TOTAL	1.844	32.762

Fonte: SJDH; SEDUR/Sucab

Gráfico 3**POPULAÇÃO CARCERÁRIA – SISTEMA PRISIONAL E DELEGACIAS DE POLÍCIA**

BAHIA, DEZ/2004–DEZ/2005



Fonte: SJDH e SSP

As diversas intervenções físicas realizadas em 2005 demonstram a determinação do Governo do Estado na diminuição do déficit de vagas no sistema prisional. O Gráfico 4 apresenta a evolução da oferta de vagas no sistema para o período 2002–2005.

Essas intervenções também têm contribuído no processo de ressocialização dos presos, na medida que cria melhores condições de habitabilidade no sistema penitenciário e uma maior segurança da população em geral.

Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança

Em 2005 foi concluída a instalação de bloqueadores de aparelho celular e do Sistema de Segurança Eletrônico na Penitenciária Lemos Brito, no Presídio de Salvador e no Conjunto Penal de Feira de Santana.

Capacitação de Servidores Penitenciários

Com o propósito de buscar a melhoria da gestão penitenciária, através de convênio firmado pelo Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, tendo como interveniente a SJDH, está sendo realizado um curso de Especialização em Gestão Prisional,

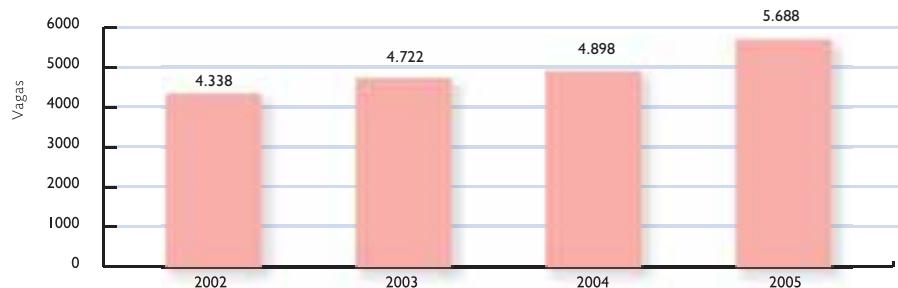


Capacitação de Agentes Presidiários

Gráfico 4

OFERTA DE VAGAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIA

BAHIA, 2002–2005



com carga horária de 420 horas, para 50 participantes, com previsão de conclusão para março de 2006. A grade curricular é composta de disciplinas voltadas para a gestão penitenciária, tais como direitos humanos, ética, história das prisões, dentre outras. Também foi promovido um curso de formação para os 529 agentes penitenciários contratados em 2005.

Ressocialização dos Presos

Através da realização de atividades laborativas, educacionais, de assistência social e de atenção à saúde, o Governo do Estado ofertou, em 2005, um conjunto diversificado de serviços visando promover as condições para a reinserção social dos presos e evitar a reincidência dos delitos.

- **Atividades Laborativas** – Visam incentivar a participação de presos em atividades produtivas, cumprindo dispositivos da Lei de Execução Penal, que garante ao presidiário o direito ao trabalho, respeitando suas aptidões e capacidades, preparando-o para a sua reinserção na sociedade. Essas ações são desenvolvidas em três modalidades: atividades laborativas de forma remunerada, atividades de incentivo ao artesanato e atividades laborativas desenvolvidas exclusivamente para remissão de pena.

Na modalidade remunerada, foram firmadas parcerias com 43 empresas, que possibilitaram a utilização de 16,1% da população carcerária, totalizando 1.150 presos. Entre estas, existem 15 empresas sem parceria formal que empregam 52 internos depois de serem avalizados pelo Serviço Social da unidade prisional. A Tabela 13 apresenta as empresas parceiras, o tipo da atividade empresarial e o número de presos envolvidos.

O Governo da Bahia disponibiliza galpões e espaços nas unidades prisionais para as empresas instalarem suas oficinas de produção. Os presos que participam das atividades são treinados e qualificados através de cursos de capacitação e recebem uma remuneração de pelo menos um salário mínimo, sendo que o preso recebe 75% e os 25% restantes são destinados à formação de um pecúlio, cujos recursos são fiscalizados por uma junta administrativa legalmente constituída para esta finalidade, em parceria com o Banco do Brasil.

Merece destaque entre as atividades laborativas o convênio de cooperação firmado com a empresa Cambuci S.A., que viabilizou a confecção de mais de 85 mil bolas esportivas, costuradas pelos internos dos Conjuntos Penais de Jequié, de Feira de Santana e da Penitenciária Lemos Brito.



Adenilson Nunes

Ressocialização – confecção de bolas

Tabela 13
EMPRESAS PARCERAS NAS ATIVIDADES DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS
 BAHIA, 2005

UNIDADE/EMPRESA	TIPO DE ATIVIDADE	PRESOS ENVOLVIDOS
Penitenciária Feminina		102
Wilker Print	Fábrica de fitas para impressoras	8
Corpo Perfeito	Bordados em roupas íntimas	3
Carolmile	Peças ortopédicas	8
Di Gregório	Calçados	3
Fábrica de Estopas	Estopas	80
Penitenciária Lemos Brito		360
Salomon	Decoração – Pátina em ferro e madeira	12
Max Tranca	Trancas para carro de compras	5
Jeise Construções	Artefatos de cimento	5
Frastec	Reprocessamento de resinas plásticas	25
Cambuci S.A.	Bolas esportivas	102
Requinte Móveis	Marcenaria – Móveis	3
Fábrica de Estopas	Estopas	58
Vassourart	Vassouras	6
Artesanato	Peças trabalhadas pelos internos	144
Casa do Albergado e Egresso		4
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Serviços postais – Triagem de correspondências	4
Colônia Lafayette Coutinho		98
Atman Construções	Pré-moldados de cimento	14
Aroma e Sabor	Cozinha – Serviços gerais	4
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Serviços Postais – Triagem de correspondências	22
NMS	Carpintaria	10
Premoltec	Artefatos de Cimento – Pré-moldados	2
Outras dez empresas sem parceria formal	Outras	46
Presídio de Salvador		4
Himalaia	Reprocessamento de resinas plásticas	4
Centro de Observação Penal		2
Artesanato	Peças trabalhadas pelos internos	2
Conjunto Penal de Jequié		137
Cambuci S.A.	Bolas esportivas	137
Presídio de Esplanada		8
Artesanato	Peças trabalhadas pelos internos	8
Presídio de Ilhéus		103
Lavil	Lavagem de roupas	13
Artesanato	Peças trabalhadas pelos internos	90
Conjunto Penal de Feira de Santana		220
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Serviços Postais – Triagem de correspondências	18
Cambuci S.A.	Bolas esportivas	85
Bahia Artes Gráficas	Gráfica em geral	12
Ki Gol	Fábrica de botas	58
Artesanato	Peças trabalhadas pelos internos	47
Conjunto Penal de Teixeira de Freitas		73
Biscoitos Ícaro	Pães e biscoitos	8
Caixa Forte	Embalagens de madeira	5
Indústria de Vassouras Ribeiro	Vassouras	12
Lavanderia Arco Iris	Lavagem de roupas	4
Metalúrgica São Lucas	Peças de ferro	8
Outras duas empresas sem parceria formal	Outras	2
Artesanato	Peças trabalhadas pelos internos	34

continua

conclusão da Tabela 13

UNIDADE/EMPRESA	TIPO DE ATIVIDADE	PRESOS ENVOLVIDOS
Conjunto Penal de Valença		34
Yumatã	Serviços gerais	15
Outras três empresas sem parceria formal	Outras	4
Artesanato	Peças trabalhadas pelos internos	15
Presídio de Vitória da Conquista		5
Artefatos Santa Rita	Decoração – Peça em gesso, madeira e resina	5
TOTAL		1.150

Fonte: SJDH

As ações de incentivo ao artesanato são desenvolvidas em parceria com o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, tendo como finalidade o acompanhamento do processo produtivo e da comercialização dos produtos. Os artefatos de piaçava e palha da costa são comercializados em um boxe mantido pelo Governo do Estado no Mercado Modelo, ponto de atração turística de Salvador. A SJDH vem incentivando a participação de familiares de presos na comercialização das peças produzidas, experiência que, apesar de recente, já registra tendência de sucesso.

A implementação de uma oficina de confecção de peças em massa fria, criada em 2005, promoveu a

ocupação laborativa das internas do Conjunto Penal Feminino, cujos produtos vêm obtendo uma boa aceitação no mercado.

Destaque para a oficina de peças produzidas através da técnica de origami, integrada por internos do Presídio de Salvador. No interior, o Conjunto Penal de Jequié vem desenvolvendo um trabalho na área de artesanato variado. Nesta forma de trabalho artesanal verifica-se a participação de 10,8% da população carcerária.

Quanto ao trabalho desenvolvido exclusivamente para a remissão de pena, de cunho terapêutico ocupacional, na maioria das vezes centralizado na manutenção das unidades prisionais, destacam-se as modalidades de jardinagem, horticultura e piscicultura. As ações realizadas pelo Governo do Estado, consubstanciadas no Programa Liberdade e Cidadania, implementado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e apoiado pela Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, estão voltadas para inserção dos egressos e do liberado condicional no mercado de trabalho.

A proposta consiste na promoção e implementação de ações que permitam a inserção do egresso e do liberado condicional no mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes e de atividades



Comercialização de produtos dos internos

sociolaborativas, contribuindo para o seu processo de reinserção na família, na comunidade e na sociedade, envolvendo também um amplo processo de mobilização do empresariado para abrir espaço no mercado produtivo formal.

- **Atividades Educacionais** – Para melhorar a escolaridade básica nas unidades prisionais, as atividades educacionais constituem-se como fundamentais no processo de ressocialização do preso. De uma população carcerária de 7.129 internos, na capital e no interior, 84% é composta por analfabetos, apenas alfabetizados e com primeiro grau incompleto, sendo que entre as 427 mulheres este percentual cai para 78% e é nesta faixa da população que encontramos o maior percentual de pessoas com o ensino médio completo: 17% contra 9% dos homens. O perfil educacional da população carcerária pode ser visualizado nos Gráficos 5, 6 e 7.

Visando minorar este quadro, o Governo do Estado, em 2005, alfabetizou 377 internos e manteve 1.434 presos cursando o ensino fundamental. A Tabela 14 demonstra os quantitativos

dos presos beneficiados por unidade prisional e modalidade de ensino.

Para a oferta do ensino fundamental e médio, foram firmadas parcerias com a Secretaria da Educação do Estado, com o Ministério da Justiça (Telecurso 2000), com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, com a ONG Alfabetização pela Literatura – Alfatit, além do Serviço Social da Indústria – Sesi, da Universidade da Estado da Bahia – Uneb, da Prefeitura Municipal de Valença e do Grupo Tortura Nunca Mais.



Ressocialização – atividades educativas curso de informática

Gráfico 5

**POPULAÇÃO CARCERÁRIA – ESCOLARIDADE
BAHIA, 2002–2005**

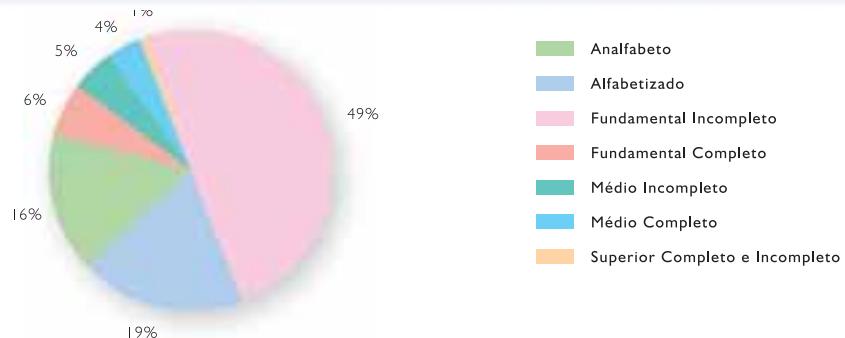
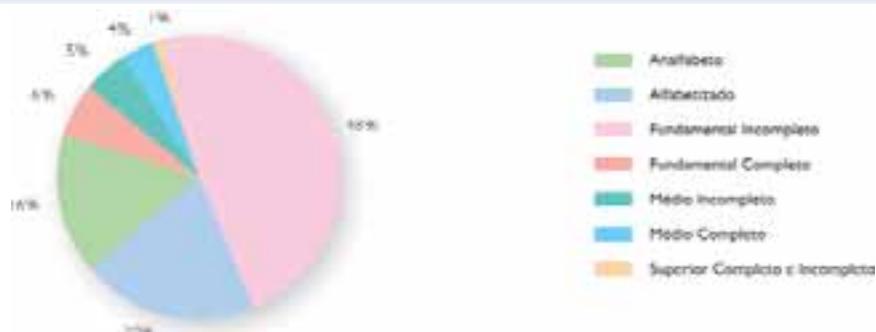
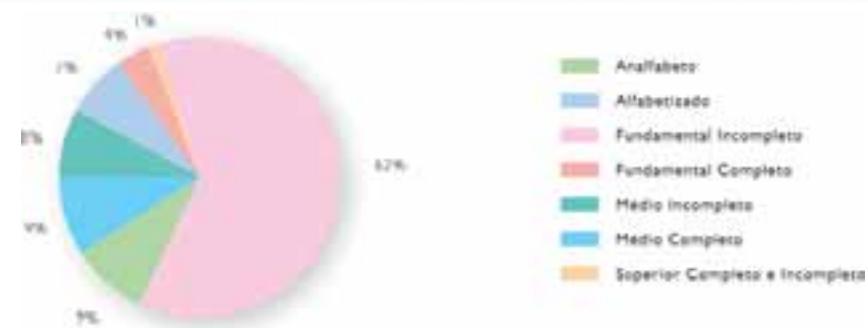


Gráfico 6
POPULAÇÃO CARCERÁRIA MASCULINA – ESCOLARIDADE
BAHIA, 2005


Fonte: SJDH

Gráfico 7
POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA – ESCOLARIDADE
BAHIA, 2005


Fonte: SJDH

Tabela 14
PRESOS BENEFICIADOS POR ATIVIDADES EDUCACIONAIS
BAHIA, 2005

UNIDADE PRISIONAL	PESSOAS			
	ALFABETIZADAS	NO ENSINO FUNDAMENTAL	INCLUSÃO DIGITAL	NO ENSINO MÉDIO
Penitenciária Lemos Brito	130	381	-	-
Presídio de Salvador	25	52	-	-

continua

conclusão da Tabela 14

UNIDADE PRISIONAL	PESSOAS			
	ALFABETIZADAS	NO ENSINO FUNDAMENTAL	INCLUSÃO DIGITAL	NO ENSINO MÉDIO
Conjunto Penal Feminino	24	160	—	5
Hospital de Custódia e Tratamento	50	146	—	—
Colônia Lafayete Coutinho	50	52	6	—
Conjunto Penal de Feira de Santana	—	175	—	—
Conjunto Penal de Valença	18	156	—	—
Conjunto Penal de Jequié	—	92	—	—
Conjunto Penal de Teixeira de Freitas	—	145	—	—
Presídio de Ilhéus	80	34	—	—
Presídio de Vitória da Conquista	—	41	—	—
TOTAL	377	1.434	6	5

Fonte: SJDH

Estão sendo desenvolvidos trabalhos de artesanato voltados à confecção de peças em sala de aula, envolvendo 200 internos, através do projeto Escola com Arte, no Hospital de Custódia e Tratamento, na Colônia Lafayete Coutinho e na Penitenciária Lemos Brito.

A SJDH firmou ainda convênio com o Senai objetivando a implantação do ensino profissionalizante nas unidades prisionais do Estado. Além do curso de orientação profissional, que consiste em aulas teóricas sobre cidadania, comportamento, profissionalização e empreendedorismo, entre outros assuntos, serão oferecidos dez cursos de qualificação profissional, beneficiando 540 internos. Já foi iniciado o curso de mecânico de motor a diesel na Casa do Albergado e Egresso, com vagas para 20 recuperandos e concluído o curso de jardinagem na Penitenciária Feminina, que ofereceu 25 vagas.

Vale destacar a parceria firmada com a Biblioteca Central, que possibilitou a instalação de bibliotecas no Hospital de Custódia e Tratamento, na Colônia Lafayete Coutinho e na Penitenciária Lemos Brito. Esta última dando suporte a outras unidades do

Complexo Penal da Mata Escura, tais como o Presídio de Salvador e o Conjunto Penal Feminino.

● **Assistência Social** – Tendo como objetivo melhorar assistência aos internos, foram direcionadas ações em benefício de seus familiares, promovendo o acesso dos filhos dos presos à Creche Nova Semente, em regime de internato, e ao Sistema Formal de Educação, na Escola Estadual Professor Estácio de Lima, em regime de semi-internato. Utilizando-se da estrutura governamental, através do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, foi viabilizada a regularização de documentos civis dos presos, principalmente certidões de nascimento, carteiras de identidade e de trabalho. Em 2005 foram registrados 44.630 atendimentos individualizados, visitas hospitalares e domiciliares, além das visitas em ambiente de trabalho. Através da Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, foram distribuídos vales-transporte e cestas básicas aos egressos que estão em retorno às cidades de origem.

● **Atenção à Saúde** – Nesta área merece destaque o Plano Operativo de Saúde no Sistema Peni-

tencíario, cujo objetivo é fortalecer a assistência à saúde da população prisional, contribuindo para a promoção, prevenção, controle e redução de agravos, buscando, sobretudo, garantir o acesso dessa população aos benefícios do Serviço Único de Saúde – SUS. O Estado da Bahia foi qualificado pelo Ministério da Saúde no Plano Nacional de Saúde em julho de 2005. Esta ação beneficia a população carcerária em todo o Estado, que passou a contar com melhores serviços de saúde.

O atendimento descentralizado permitirá uma atenção integral aos internos na área de saúde, incluindo a prevenção, o controle e a redução de doenças. Assim, a Central Médica Penitenciária – CMP, que antes atendia a todos os internos das unidades da capital, passará a descentralizar os atendimentos através de Postos de Saúde Penitenciários que estão sendo instalados nas unidades prisionais. Em 2005, foram incorporados ao sistema penitenciário dois postos de saúde, na Penitenciária Lemos Brito e no Presídio de Salvador.

Registre-se a realização de cursos de capacitação para servidores da área de saúde no diagnóstico da tuberculose, bem como o curso Sala de Vacinas.

Em 2005, foram realizadas as 1^a e 2^a fases da Campanha de Vacinação, com o objetivo de imunizar servidores e internos do sistema prisional contra a hepatite, influenza (gripe), tétano, sarampo, rubéola e caxumba. Esta ação abrangeu 80% da população carcerária. Também foram efetuados atendimentos odontológicos, médicos, inclusive emergenciais e de urgência encaminhados a instituições da rede pública e privada credenciadas ao SUS, para consultas e tratamentos diversos. Além desses, foram executados programas voltados para a prevenção de doenças

sexualmente transmissíveis e para a redução de danos associados ao uso de drogas.

Numa ação conjunta entre a SJDH e a SESAB, a farmácia do Hospital de Custódia e Tratamento – HCT foi ampliada, transformando-se numa central de medicamentos com estoque suficiente para suprir a demanda do HCT, bem como para distribuir medicamentos controlados para as demais unidades prisionais.

• **Conselho Penitenciário** – O Conselho Penitenciário do Estado da Bahia, órgão fiscalizador da execução penal, concedeu 312 indultos e comutações de pena em 2005. Através do serviço de psicologia, foram registrados 98 atendimentos a indultandos, liberados, egressos e familiares.

• **Apoio às Penas e Medidas Alternativas** – Com o intuito de tornar efetivo o exercício da política pública de aplicação de penas e medidas alternativas, a SJDH, em parceria com o Conselho Arbitral da Bahia, mantém e executa o programa da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – Ceapa.

A Ceapa integra uma rede de 39 centrais estaduais ligadas à Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – Cenapa e operacionaliza a política nacional de penas e medidas alternativas instituídas no ano 2000 pelo Ministério da Justiça.

As penas substitutivas à prisão foram criadas como mecanismo para tentar solucionar as questões relacionadas com as penas tradicionais, tais como a desumanização, redução de habilidades laborais, além dos problemas para reinserção social do apenado depois de cumprida a sentença, entre outros. No

entanto, só podem ser dirigidas a pessoas com baixo nível de periculosidade, praticantes de delitos de menor potencial ofensivo, aqueles cuja pena máxima não ultrapasse dois anos, excluídos os casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça.

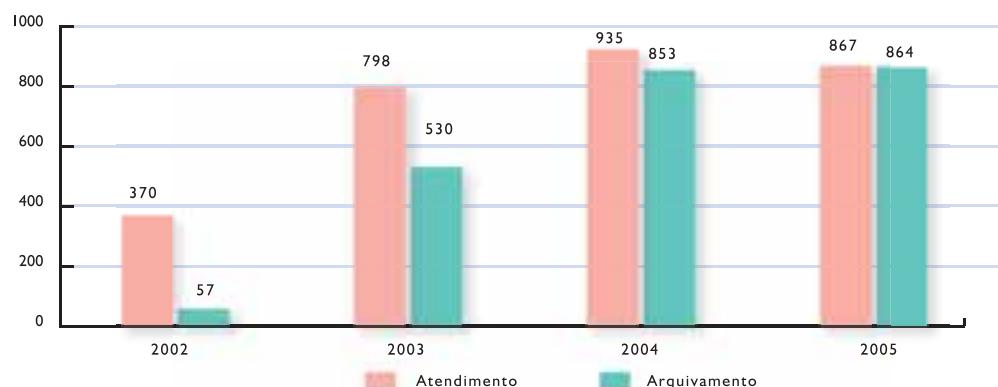
A Ceapa desenvolve um trabalho através de profissionais de serviço social, psicologia e direito que acompanham o cumprimento da pena ou medida de cada beneficiário, de maneira individualizada. Atua junto aos 1º e 2º Juizados Especiais Criminais, 3ª, 5ª e 7ª Varas Crime e Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Salvador, além das 2ª e 17ª Varas Federais Criminais Especializadas da Seção Judiciária do Estado da Bahia, havendo projetos de interiorização, com estudos para a criação de mais duas unidades, em Feira de Santana e Jequié.

A participação da sociedade civil organizada nesse processo continua em pleno crescimento. No exercício de 2005, a Ceapa já conta com 190 instituições

parceiras cadastradas em sua Rede Social, o que representa um incremento de 11,8% em relação ao exercício anterior, quando a rede contava com 170 instituições. As instituições recebem os beneficiários encaminhados pela Central, após entrevista com assistentes sociais e psicólogos, para prestação de serviços à comunidade e/ou prestação pecuniária.

Em 2005 foram atendidos 867 novos beneficiários. Atualmente a Ceapa acompanha 601 beneficiários em efetivo cumprimento de pena ou medida alternativa, incluídos os que iniciaram seus respectivos cumprimentos em exercícios anteriores. Desde sua implantação, em 2002, a Ceapa já atendeu 2.905 apenados.

O Gráfico 8 informa o número de beneficiários atendidos pela Ceapa desde a sua criação. O arquivamento representa todos aqueles que deixaram de ser atendidos, por motivos diversos, entre eles o cumprimento total da pena, falecimento

Gráfico 8
**CEAPA – ATENDIMENTO
BAHIA, 2002–2005**


do beneficiário ou extinção do processo que lhe deu origem. Observa-se que o equilíbrio entre o atendimento e o arquivamento em 2005 revela a estabilidade das atividades desenvolvidas.

O trabalho de apoio da Ceapa contribui para o fomento à aplicação das penas e medidas alternativas por parte dos órgãos judiciais, uma vez que o cuidadoso acompanhamento e fiscalização realizados garantem uma maior eficácia na execução das penas e medidas. O índice de reincidência apurado é inferior a 1%, bastante reduzido quando comparado aos verificados nas penas privativas de liberdade.

Além desta vantagem, a aplicação de penas e medidas alternativas permite aos cofres públicos uma considerável economia, na medida em que possibilita a redução dos gastos inerentes ao encarceramento, além de gerar recursos para instituições que atuam na área social, auxiliando a rede pública na disponibilização de serviços a pessoas de baixa renda.

HUMANIZAÇÃO DO TRÂNSITO

Com o objetivo de melhorar o atendimento à comunidade, o Departamento Estadual de Trânsito – Detran vem passando por um processo de modernização, contemplando a utilização de novas soluções tecnológicas, a melhoria dos sistemas corporativos, a reestruturação do órgão e a qualificação de pessoal.

Este processo de modernização tem como foco a melhoria do atendimento baseada na racionalização de recursos e modernização dos serviços, contemplando a utilização de novas soluções tecnológicas e a melhoria dos sistemas corporativos do Detran, bem como a reestruturação do órgão e a qualificação de pessoal. Para tanto, o Detran conta com a assessoria técnica da Secretaria de Administração do Estado da Bahia –

SAEB, que disponibiliza toda a já consagrada tecnologia SAC de atendimento.

Essas modificações têm como finalidade ajustar as atividades desenvolvidas pela autarquia à realidade atual, expressa pelo aumento crescente da demanda por serviços de trânsito decorrentes do acelerado processo de urbanização, bem como de criar condições indispensáveis ao cumprimento da finalidade do órgão.

Educação para o Trânsito

A cada 22 minutos morre uma pessoa vítima de acidente de trânsito no Brasil, e os números na Bahia também são altos: durante o ano de 2005, morreram 983 pessoas e 14.875 ficaram feridas. A situação do trânsito é tão preocupante que passou a requerer atenção especial, em virtude do grande contingente de pessoas incapacitadas e mortas vítimas de acidentes de automóvel, fato que tem sido comparado a muitas guerras.

A intensificação nos investimentos socioeducativos se apresenta novamente como uma ferramenta eficaz para reduzir os efeitos negativos do adensamento urbano e suas consequências no trânsito. Diante disso, políticas públicas tanto em nível federal quanto estadual têm sido postas em prática



Artur Ikkshima

Educação para o Trânsito

para alterar esse quadro. Destaque-se a capilaridade da rede escolar, que vem se constituindo numa ferramenta importante para a conscientização de crianças, jovens e adolescentes quanto às causas e efeitos dos acidentes de trânsito.

O Detran, atuando com 172 unidades distribuídas por todo o Estado, e como órgão competente para planejar e executar os serviços relativos a trânsito está envolvido nesse processo com as seguintes iniciativas:

- **Centro Interativo de Educação para o Trânsito**

— Recebe visitas de alunos dos sistemas públicos e privados de educação, com ênfase nas escolas da rede pública, participando de forma interativa de simulações de situações de trânsito comuns no dia-a-dia daqueles que transitam pela capital;

- **Unidade Móvel** — A unidade móvel para Educação de Trânsito surgiu da necessidade de atendimento em escolas, comunidades ou entidades que não possuíam condições de deslocamento à sede da autarquia para participar dos eventos educativos promovidos pelo Detran;

- **Comandos Educativos** — Levando conhecimentos relativos ao trânsito às escolas das redes pública e particular, o programa de Educação para o Trânsito do Detran vem obtendo números expressivos de visitas em instituições de ensino e de público

alcançado. Já foram atingidos, desde 1999, mais de dois milhões de alunos, aproximadamente cinco mil escolas e 12 mil profissionais da educação. Os resultados alcançados são refletidos nos indicadores de acidentes de trânsito, que decresceram 12% em 2005, produzindo, em médio prazo, um trânsito mais seguro e, em longo prazo, uma situação estável onde a maior parte dos acidentes terá como motivo as falhas mecânicas, ao contrário da situação atual, em que apenas 10% dos acidentes totais são de responsabilidade dos equipamentos e 90% de responsabilidade dos condutores;

- **Semana Nacional do Trânsito** — É um evento de periodicidade anual, com o objetivo de conscientizar o cidadão para o uso racional de veículos e de como o pedestre deve se comportar no trânsito. A campanha de 2005 incentiva o respeito às faixas de pedestre e tira pela primeira vez o foco do motorista para o pedestre, o que indica uma importante mudança de cultura. O Detran desenvolveu em 2005 uma série de ações, dentre as quais cita-se: o lançamento da nova mascote do Detran, as palestras educativas no Centro Interativo e Mini-Pista; as aulas sobre placas e reconhecimento de pista, com carrinhos e motos elétricos para o público infantil; as exposições; e as blitz educativas do Detran e do Esquadrão Águia nas principais sinaleiras da cidade, todas com o foco no tema de 2005: "No Trânsito Todos Somos Pedestres";

- **Exposição de Trânsito** — Numa ação conjunta entre o Detran e a Polícia Militar, foi realizada, em setembro de 2005, uma exposição de trânsito no Shopping Iguatemi, onde foram apresentados equipamentos e veículos utilizados na fiscalização do trânsito, além de vídeos educativos e de prestação de socorro de acidentados no trânsito por grupamento especializado;

- **Fórum Pedagógico de Educação para o Trânsito** — Para reciclagem de docentes das

Angeluci Figueiredo



Escola Pública de Trânsito – Curso gratuito para condutores

escolas públicas, foi realizado o 1º Fórum Pedagógico de Trânsito, uma ação pioneira no Estado, com o objetivo de capacitar tecnicamente multiplicadores de trânsito, visando alcançar a parcela da sociedade menos favorecida e que compreende a maioria dos pedestres. O evento contou com a participação da Secretaria da Educação, com a qual foi firmado compromisso de envolver as escolas estaduais no projeto de conscientização e formação para educação no trânsito; e a

- **Escola Pública de Trânsito** – O Detran-BA criou, em setembro de 2005, a primeira Escola Pública de Trânsito – EPT, uma determinação do Código Nacional de Trânsito, mas que ainda não tinha sido implantada em nenhum outro Estado. Com o intuito de facilitar o acesso da população de baixa renda à primeira habilitação, são ministrados gratuitamente cursos teóricos sobre legislação de trânsito, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e meio ambiente e cidadania. A escola funciona na sede do Detran, e atende a pessoas desempregadas ou que tenham renda mensal inferior a um salário mínimo, além de promover programas de aperfeiçoamento e especialização de profissionais do Detran. A perspectiva é de que haja a expansão do programa para outras cidades do interior, com o estabelecimento de unidades representativas da EPT em cada região do Estado.

A previsão é capacitar mensalmente 280 alunos, preparando-os para o curso prático de direção exigido para a carteira de habilitação. Para cumprir esse cronograma, o Detran contratou cinco instrutores de trânsito para ministrar as aulas, que acontecem semanalmente nos turnos matutino e noturno. Com a gratuidade da aula teórica, o cidadão vai economizar entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00, preço equivalente ao curso teórico em auto-escolas credenciadas pelo Detran. Um convênio firmado entre o Detran e o Sindicato dos Centros de Formação de Condutores vai



Angeluci Figueiredo

Escola Pública de Trânsito

possibilitar, ainda, a gratuidade nas aulas práticas para os melhores alunos da EPT.

Desde setembro de 2005, já participaram 400 pessoas no teste teórico de condutores de veículos, e os alunos com melhor desempenho tiveram assegurada, também, a gratuidade das aulas práticas. A maioria dos alunos é formada por jovens que vêm na carteira de habilitação uma chance concreta de ingressar no mercado de trabalho, sendo essa a principal motivação para a implantação da EPT.

Controle e Qualidade dos Serviços de Trânsito

Em 2005, o número total de veículos em circulação no Estado atingiu a marca de 1,5 milhão, como pode ser observado na Tabela 15. O crescimento no fluxo de veículos, que no período 2002–2005 apresentou um incremento de 26,7%, de um lado, denota o crescimento da economia e do poder aquisitivo da população, e de outro, implica na necessidade de aperfeiçoar os serviços de trânsito colocados à disposição da sociedade. Com o objetivo de atender a essa demanda e ainda melhorar a qualidade dos serviços prestados, o Detran desenvolveu ações voltadas para a modernização administrativa, através da capacitação dos profissionais, adoção de novas soluções tecnológicas, racionalização de procedimentos operacionais e formação de parcerias.

Tabela 15			
EVOLUÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS NO ESTADO			
BAHIA, 2000-2005			
ANO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
2002	698.984	458.341	1.157.325
2003	775.921	477.288	1.253.209
2004	844.218	493.623	1.337.841
2005	944.274	521.563	1.465.837

Fonte: SAEB/Detran/Renavam

Foi destinada, em 2005, especial atenção ao aperfeiçoamento do quadro de pessoal da autarquia, sendo implementado um extenso programa de reciclagem, com a participação dos profissionais em cursos e eventos correlatos, abrangendo temas relacionados à gestão financeira, contratos, licitações e rede de computadores, dentre outros.

Cabe registrar a instalação, em março de 2005, da nova plataforma tecnológica central do Detran, que permitiu a retomada do fluxo normal de atendimento ao público e a eliminação de filas, através de um novo ambiente que suporta o acesso de cerca de 800 pontos informatizados.

Com o intuito de tornar mais eficaz a comunicação entre as diversas unidades, o Detran remodelou a página da Intranet, oferecendo, além de várias informações, o serviço de consulta aos sistemas organizacionais – caixa, placa, habilitação e processos, diárias, controle de equipamentos – e ao sistema de recursos humanos.

• Controle Estatístico dos Acidentes de

Trânsito – As ações desenvolvidas pelo Detran e demais parceiros que compõem o Sistema Nacional de Trânsito – SNT, apresentaram, em 2005, bons resultados quando comparados com os do ano de 2004. Embora a frota em circulação no

Estado tenha ampliado de 1,3 para cerca de 1,5 milhão de veículos, o número de acidentes, mortos e feridos apresentou uma redução em relação a 2004, conforme pode ser observado na Tabela 16.

- **Palm Top no Exame de Direção Veicular** – A utilização do Palm Top automatizou os exames de direção veicular, evitando a excessiva utilização de papel e proporcionando mais agilidade no envio das informações para processamento, tendo como consequência a redução do risco de fraudes no decorrer do processo. A Tabela 17 demonstra o quantitativo de exames realizados em 2005.

Tabela 16		
CONTROLE DE ACIDENTES DE TRÂNSITO		
BAHIA, 2004-2005		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Frota (veículos)	1.337.841	1.465.837
Pessoas Habilitadas ^(I)	1.264.123	1.406.343
Mortos (pessoa)	1.045	983
Feridos (pessoa)	14.805	14.875
Acidentes (unidade)	5.818	10.575

Fonte: SAEB

(I) Total de condutores habilitados cadastrados no Registro Nacional de Condutores Habilitados – Renach

Tabela 17	
EXAME DE DIREÇÃO VEICULAR COM PALM TOP	
BAHIA, 2005	
MÊS	Nº DE EXAMES
Março	1.711
Abril	3.844
<td>2.380</td>	2.380
Junho	3.966
Julho	3.985
Agosto	2.604
Setembro	1.563
Outubro	4.227
Novembro	2.533
Dezembro	3.505
TOTAL	30.318

Fonte: SAEB/Detran

● Intercâmbio de Informações com outros Estados

Estados – O Detran da Bahia, juntamente com as autarquias de trânsito dos Estados de Pernambuco, Paraná e Goiás foram os primeiros a aderir ao Registro Nacional de Autos de Infração – Renainf, módulo agregado ao Sistema de Registro de Veículos e de Condutores, que tem como objetivo o intercâmbio de informações das infrações de trânsito cometidas em todo o território nacional.

Implantado na Bahia desde 2004, o Renainf possibilitou aumentar o controle e a fiscalização do trânsito, assim como a efetiva aplicação de penalidades para os veículos de outras unidades federativas em trânsito no Estado, além de assegurar a recuperação de multas aplicadas em exercícios anteriores a 2004 que nunca puderam ser cobradas.

Sinalização de Municípios – Com objetivo de prevenir e reduzir os acidentes de trânsito, o Detran elaborou e implantou projetos de sinalização horizontal, vertical e semafórica em parceria com as prefeituras dos municípios de Catu, Castro Alves, Pojuca, Miguel Calmon, Ipiáu, Ibotirama, Terra Nova, Cordeiros e Itacaré.

Serviços ao Cliente – Vale ressaltar a implantação do novo call center do Detran, destinado ao acompanhamento da demanda e descentralização dos serviços prestados ao cliente. Os antigos boxes foram ampliados para possibilitar um maior número de atendimentos com segurança, rapidez e qualidade. Com esse serviço otimizado, espera-se retirar da área física do Detran mais de 20% das pessoas que vão em busca de informações sobre vários assuntos. As informações prestadas são referentes a todos os tipos de serviços, como habilitação, veículos, educação para o trânsito, estatística, agendamento e resultado de exames,

legislação e pontuação. Aceita, também, denúncias, sugestões e reclamações.

Merece destaque, igualmente, o projeto de captura e validação digital, que visa agilizar, desburocratizar e trazer mais segurança aos serviços de habilitação. O processo constitui-se na captura da imagem do cidadão associada às digitais, assinatura, dados pessoais e número no Registro Nacional de Condutores Habilitados – Renach. Estes dados serão utilizados na validação das etapas subsequentes do processo, garantindo que o candidato que se apresenta seja o responsável pelo serviço aberto. Isto evita que alguém possa realizar algum exame no lugar de outro.

O projeto ainda prevê o encaminhamento da documentação para o domicílio, desta forma, além de combater a fraude, será oferecido mais conforto ao cliente. Os Gráficos 9 e 10, respectivamente apresentam a situação cadastral da frota e o quantitativo de carteiras de habilitação expedidas pelo Detran.

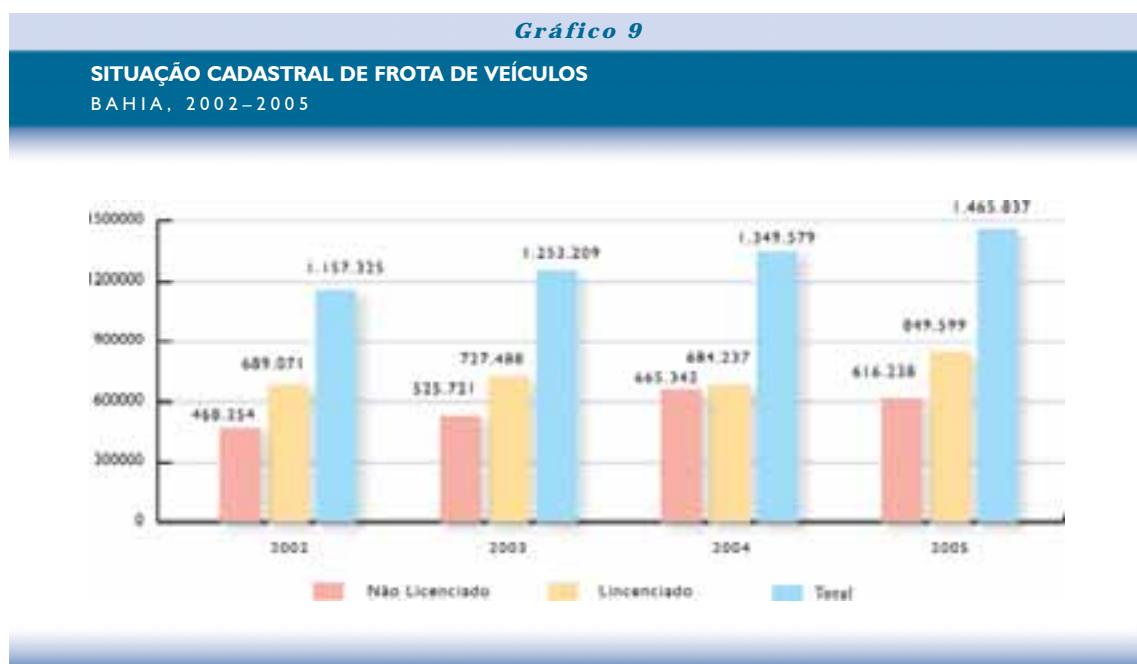
Policimento e Segurança de Rodovias

Pelo fato de possibilitar a interligação dos centros produtores e consumidores, permitindo a circulação de pessoas e mercadorias, as rodovias representam um importante fator de desenvolvimento econômico e social a serviço da população.



Policimento de Rodovias

Alceu Elias



Fonte: SAEB/Detran



Fonte: SAEB/Detran

Neste sentido, as preocupações e responsabilidades com a segurança dos usuários de rodovias, a fiscalização no transporte de carga e os controles de

velocidade têm sido atendidos pelo Governo do Estado através da Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA, que envolvem uma ação articulada entre o Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia – Derba e a Polícia Rodoviária Estadual, através dos 26 postos fixos e das 20 residências de manutenção existentes no Estado.

Considere-se ainda as ações promovidas conjuntamente pelo Derba e o Detran, voltadas para educar os usuários de rodovias e coibir abusos e infrações às leis do trânsito, utilizando inclusive medidas restritivas pertinentes.

O Derba vem desenvolvendo também serviços de sinalização horizontal e vertical, tendo aplicado R\$ 4,1 milhões em 2005 para a sinalização de 1.028 km de rodovias, em que se destacam: BA 503–BR 101/Pedrão, BA 523–CIA/Aeroporto, BA 381–BR 116/Quijingue e BA 046–Iaçu/Milagres.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Uma das ações desempenhadas pela Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos – SUDH, vinculada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH, é o recebimento de denúncias referentes à violação dos direitos fundamentais e que são encaminhadas às autoridades competentes para o seu processamento, com acompanhamento, no intuito de prestar informações aos interessados.

A participação em reuniões e fóruns faz parte da estratégia da SJDH de fundamentar suas ações de defesa dos direitos humanos e de se fazer reconhecida por atores-chave da sociedade civil e entidades governamentais. Para tanto, integrou e participou de reuniões, seminários e encontros relacionados ao direito do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher e da comunidade negra.

Em 2005, a SJDH, através da SUDH coordenou os grupos de trabalho constituídos para a elaboração dos Planos Estaduais de Política para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial. Participou ainda de ações voltadas para o enfrentamento da violência sexual, da erradicação do trabalho infantil e da prevenção ao uso indevido de drogas.

Apoio aos Conselhos de Direitos

O Conselho Estadual do Idoso – CEI deu continuidade, em 2005, ao trabalho de divulgação do Estatuto e da Política Estadual do Idoso, por ele proposta e instituída como lei em novembro de 2004, e está organizando a realização da I Conferência Estadual do Idoso, que acontecerá na cidade de Salvador em março de 2006.



Apoio aos Conselhos de Direitos de Igualdade Social

O Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos – CEPDH iniciou a discussão do seu regimento interno e a análise da proposta da Política Estadual de Direitos Humanos, além de ter direcionado a sua atenção para o referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição, aprovando mensagem em favor da sua proibição.

Em 2005, foram realizados pelo Conselho Estadual de Entorpecentes – Conen: a Semana Estadual Sobre Drogas; o Seminário Estadual sobre Drogas; a Caminhada Pela Vida e a Campanha "Para Dirigir, Só Tome Cuidado". O Conen iniciou a elaboração da campanha de alerta para os riscos do uso indevido de drogas, a ser lançada no Carnaval de 2006.

Em parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN, a SJDH realizou a Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, tendo como objetivo a proposição de diretrizes e subsídios para a elaboração dos Planos Nacional e Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Este Conselho participa também do grupo de trabalho constituído para a elaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Ao longo do exercício de 2005 o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Coede pôs em prática o seu planejamento estratégico, através de diversas comissões voltadas para a capacitação de conselheiros, a implantação de conselhos municipais, a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, além do apoio às Conferências Regionais, que ocorrem em todo o Estado e são preparatórias da I Conferência Estadual.

Buscando dinamizar a criação e aperfeiçoar o funcionamento dos conselhos municipais relacionados a este segmento, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM, promoveu o I Encontro dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher. O CDDM participou também da elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, que se baseia nas propostas aprovadas na I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, ocorrida em 2004.

O apoio e a execução das ações dos conselhos de direitos vinculados à SJDH é uma ação prioritária para a SUDH, motivo pelo qual promoveu, ainda em 2005, o I Encontro Estadual de Conselhos de Direitos. Este evento, que contou com a participação de especialistas de outros Estados, discutiu o papel do poder público e da sociedade civil nos Conselhos, visando aprimorar o funcionamento destes órgãos colegiados.

Apoio às Vítimas de Violência

O Centro de Atendimento às Vítimas de Violência – Ceviba, criado para dar apoio social, psicológico e jurídico às vítimas e familiares de vítimas de violência no Estado da Bahia, atendeu 195 casos novos no ano de 2005, além de dar continuidade aos 673 que já

estavam em andamento, tendo prestado 18.118 atendimentos através de contatos pessoais e telefônicos, que resultaram em 341 acompanhamentos jurídicos e 1.570 acompanhamentos psicológicos.

Para a execução das suas atividades, o Ceviba conta com parcerias com a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – Ceapa, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, o Centro de Saúde Mental Oswaldo Camargo, o 2º Juizado Especial Criminal Extensão Largo do Tanque e a Defensoria Pública do Estado – DPE.

Funcionando em instalação do Centro Espírita Cavaleiros da Luz, o Ceviba oferece outros tipos de assistência e apoio a seus usuários, que são prestados pela referida entidade, como doação de cestas básicas repassadas pela Ceapa, cursos para gestantes e de trabalhos manuais, atendendo o usuário como um ser integral e possibilitando o resgate da sua auto-estima.

Proteção às Testemunhas e Vítimas de Violência

O Programa de Proteção a Testemunhas – Provita-BA, que tem como objetivo estabelecer uma rede de proteção e apoio à testemunha, vítimas e seus familiares, permitindo a apuração de delitos, vem ampliando e consolidando suas ações, e desenvolvendo a política pública de proteção a vítimas e testemunhas de crimes.

A parceria entre o Governo do Estado e a sociedade civil no desenvolvimento da política pública de proteção a vítimas e testemunhas de crimes vem se consolidando na Bahia ao longo de sete anos de atuação.

No exercício de 2005, o Provita ofereceu proteção a 114 pessoas, e deste total, 68 ainda estão sob proteção. No conjunto dos atendimentos, destaca-se aqueles relacionados ao narcotráfico, a homicídios

praticados por grupos de extermínio e homicídios em geral. A Tabela 18 apresenta as informações referentes ao atendimento promovido em 2005, e a Tabela 19, as informações da rede de atendimento.

Tabela 18
ATENDIMENTOS DO PROVITA
BAHIA, 2005

CARACTERÍSTICA DO CRIME	ATENDIMENTO		
	PESSOAS ATENDIDAS	CONCLUÍDO	EM CURSO
Homicídio – execução grupo de extermínio	30	13	17
Homicídio – pistolegaria	01	–	01
Homicídio – gangues	02	02	–
Homicídio – simples	21	09	12
Tortura	19	–	19
Exploração sexual infanto-juvenil	06	05	01
Narcotráfico	12	–	12
Estupro	01	–	01
Seqüestro	03	03	–
Falsificação de documento público e outros	08	08	–
Redução à condição de escravo	03	03	–
Formação de quadrilha	03	03	–
Crimes ambientais	05	–	05
TOTAL	114	46	68

Fonte: SJDH; Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR

Tabela 19
PROVITA – REDE DE VOLUNTÁRIOS E DE PROTEÇÃO
BAHIA, 2005

SERVIÇO	QUANTIDADE
Rede de Voluntários	282
Colaborador (pessoa)	126
Prestador de Serviços (pessoa)	61
Protetor (pessoa)	37
Instituição Parceira (unidade)	58
Rede de Proteção	55
Local de Pouso Gratuito (unidade)	11
Local de Pouso Pago (unidade)	19
Local de Proteção Gratuito (unidade)	4
Local de Proteção Pago (unidade)	21

Fonte: SJDH

Cabe registrar que o Provita foi viabilizado através de uma parceria entre a SJDH e a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR, responsável pela execução do programa, além da colaboração do Ministério da Justiça.

Assistência Jurídica Gratuita

A assistência jurídica e judiciária gratuita na Bahia, oferecida pela Defensoria Pública do Estado – DPE, ganhou nova feição na sua concepção e estrutura a partir da Emenda Constitucional Federal de nº 45/2004 e da Emenda à Constituição Estadual de nº 11/2005, que lhes asseguram autonomia administrativa, funcional e financeira. Trata-se de uma conquista da maior relevância para o fortalecimento do estado democrático, mas, em especial, para a práxis da cidadania.

Ao ganhar autonomia, a DPE tem agora um sentido mais amplo, pois, além de exercer a função da defesa técnica e jurídica, passou a desempenhar o papel de promoção de políticas públicas não só postulatórias, mas também preventivas, destinadas à identificação, à orientação e ao aconselhamento dos direitos do cidadão carente. É uma garantia de colocar à disposição da sociedade uma instância capaz de representar aqueles que, embora tenham o direito à Justiça, não têm os meios necessários para acessá-lo.

A DPE promoveu uma mudança estrutural, reorganizando o atendimento direto aos assistidos em local adequado, próximo ao Fórum Ruy Barbosa, buscando a melhoria da sua infra-estrutura logística. Em 2005 foi elaborada a minuta de projeto da nova lei orgânica da DPE.

No ano de 2005, a DPE realizou 446,6 mil atendimentos na capital e no interior, participou de 42 mil audiências judiciais e extrajudiciais e ajuizou 20,4 mil ações. A Defensoria tem exercido um papel importante no âmbito da conciliação e da orientação jurídica, tendo realizado 120 mil atendimentos. Os defensores públicos, no exercício de suas competências, desenvolveram atividades judiciais e extrajudiciais voltadas para a defesa e garantia dos direitos de seus assistidos, num total de 62,5 mil. Cada assistido recebe do mesmo defensor público, em média, cinco atendimentos em cada ação.

Através de convênio firmado entre a SJDH e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia – OAB/BA, foram dispensados 6.059 atendimentos jurídicos à população carente, que resultaram no ajuizamento de 1.227 novas ações. Foram realizadas 1.280 audiências em diversos procedimentos judiciais.

Com o objetivo de aprimorar os conhecimentos e aplicá-los eficazmente em favor dos seus assistidos, os defensores públicos participaram de congressos, seminários, encontros, debates e oficinas, inclusive em outros Estados. A DPE promoveu ainda o I Encontro de Inter-Relações Pessoais.

Objetivando dar visibilidade ao trabalho da DPE, foram criados a nova logomarca da DPE e um folder sobre o seu papel, onde funciona, como trabalha e o que pode oferecer aos cidadãos sem recursos para arcar com as custas de processo e verba honorária.

A DPE elaborou também um projeto específico de assistência nas unidades prisionais da capital com base na experiência da Defensoria Pública do Rio Grande Sul, uma vez que o trabalho desenvolvido pelo órgão nas unidades prisionais da capital e do interior exige

não apenas a ampliação da assistência, mas também novos procedimentos e formas de atuação.

Em 2005 foi firmado um convênio entre a DPE e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, para a regularização fundiária em assentamentos de baixa renda, com a designação de um defensor público responsável pela promoção das ações próprias.

Os interesses emergentes têm sido o foco das ações dos defensores públicos nas áreas do direito civil e do consumidor, através da concessão de liminares para garantir o uso de medicamentos, internações, cirur-

gias, uso de marca-passo, dentre outros, bem como em relação à revisão de contratos em que o consumidor encontre-se excessivamente onerado. Um projeto piloto de atendimento às pessoas carentes está sendo desenvolvido no SAC de Cajazeiras.

Para ampliar o quadro de defensores públicos, o Governo do Estado realizará o V Concurso Público para provimento de 50 cargos. Atualmente o quadro é formado por 99 defensores públicos ativos, estando 68 atuando na capital e 31 no interior do Estado. O Quadro 2 apresenta os postos de atendimento da DPE.

Quadro 2**POSTOS DE ATENDIMENTO DIRETO DA DEFENSORIA PÚBLICA
BAHIA, 2005**

Sede (casos novos e Central de Ações Rápidas – CAR)

Fórum Ruy Barbosa

Fórum Desembargador Carlos Souto

SAC Liberdade

SAC Cajazeiras (*)

Centro Social Urbano de Narandiba

Centro Social Urbano de Mussurunga

Faculdade de Direito: Ufba, Ruy Barbosa, FIB

Faculdades Jorge Amado

Casa de Atendimento ao Menor – CAM

Centro de Acolhimento Socioeducativo I e II – Case

Núcleo de Direitos Humanos – Conder/Alagados

Justiça da Infância e Juventude – 1^a e 2^a Varas

Conselhos Tutelares

Defesa do Consumidor

Juizados Especiais

Juizado de Conciliação

Núcleo de Direitos Humanos e da Infância e Juventude

Câmaras Cíveis e Criminais – Tribunal de Justiça

Sistema Prisional – Penitenciária Lemos Brito; Presídio Salvador; Penitenciária Feminina; Colônia Lafaiete Coutinho; Hospital de Custódia e Tratamento; Caso do Albergado e Egressos; Centro de Observação Penal; Vara de Execuções Penais; Conselho Penitenciário

Anexo I**POLÍCIA CIDADÃ – CONSELHOS COMUNITÁRIOS EM OPERAÇÃO
BAHIA, 2005**

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA	UNIDADE DE REFERÊNCIA
Castelo Branco	3ª CIPM Cajazeiras
Cacha-Pregos	5ª CIPM Vera Cruz
Cone Sul – Ilha	5ª CIPM Vera Cruz
Mar Grande	5ª CIPM Vera Cruz
Itaparica	5ª CIPM Vera Cruz
Candeias	10ª CIPM Candeias
Madre de Deus e Ilhas do Bom Jesus dos Passos e Frades	10ª CIPM Candeias
Rio Vermelho	12ª CIPM Rio Vermelho
Pituba e Amaralina	13ª CIPM Pituba
Lobato	14ª CIPM Lobato
Região de Itapuã	15ª CIPM Itapuã
Conselho de Segurança Comunitária de Jequié	19º BPM Jequié
Comércio/Roma	16ª CIPM Comércio
Itapagipe	17ª CIPM Uruguai
Ilha de Maré	19ª CIPM Paripe
Complexo Tancredo Neves/Cabula	23ª CIPM Tancredo Neves
Brotas	26ª CIPM Brotas
Iguatemi/Itaigara	35ª CIPM Iguatemi
Dias d'Ávila	36ª CIPM Dias d'Ávila
Liberdade e Adiacências	37ª CIPM Liberdade
Boca do Rio	39ª CIPM Boca do Rio
Região do Nordeste de Amaralina	40ª CIPM Nordeste de Amaralina
Complexo da Federação	41ª CIPM Federação
Região do Garcia	41ª CIPM Federação
Complexo do Alto das Pombas	41ª CIPM Federação
Paralela	47ª CIPM CAB
Sussuarana	48ª CIPM Sussuarana
Dom Avelar	50ª CIPM Sete de Abril
Lauro de Freitas	52ª CIPM Lauro de Freitas
Mata de São João	53ª CIPM Mata de São João
Cosme de Farias	58ª CIPM Cosme de Farias
Camaçari Sede II	12º BPM Camaçari
Camaçari Sede III	12º BPM Camaçari
Abrantes e Região	59ª CIPM Vila de Abrantes
Feira de Santana	1º BPM Feira de Santana
Sul II	2º BPM Ilhéus
Ilhéus	2º BPM Ilhéus
Itacaré	2º BPM Ilhéus

continua

continuação do Anexo I

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA	UNIDADE DE REFERÊNCIA
Alagoinhas	4º BPM Alagoinhas
Inhambupe	4º BPM Alagoinhas
Senhor do Bonfim	6º BPM Senhor do Bomfim
Irecê	7º BPM Irecê
Zona Noroeste de Vitória da Conquista	9º BPM Vitória da Conquista
Zona Nordeste de Vitória da Conquista	9º BPM Vitória da Conquista
Zona Sudoeste de Vitória da Conquista	9º BPM Vitória da Conquista
Zona Sudeste de Vitória da Conquista	9º BPM Vitória da Conquista
Barreiras	10º BPM Barreiras
Bairro Pedro Jerônimo e Adjacências	15º BPM Itabuna
Bairro Urbis IV e Adjacências	15º BPM Itabuna
Centro de Itabuna	15º BPM Itabuna
Cidade de Buerarema	15º BPM Itabuna
Cidade de Camacá	15º BPM Itabuna
Cidade de Itajuípe	15º BPM Itabuna
Almadina	15º BPM Itabuna
Cidade de Coaraci	15º BPM Itabuna
Cidade de Arataca	15º BPM Itabuna
Cidade de Pau Brasil	15º BPM Itabuna
Cidade de Itapitanga	15º BPM Itabuna
Cidade de Floresta Azul	15º BPM Itabuna
Cidade de Iguái	15º BPM Itabuna
Cidade de Ibicuí	15º BPM Itabuna
Cidade de Ibicaraí	15º BPM Itabuna
Cidade de Itaju do Colônia	15º BPM Itabuna
Cidade de Santa Cruz da Vitória	15º BPM Itabuna
Guanambi	17º BPM Guanambi
BTN	20º BPM Paulo Afonso
Acajutiba	6ª CIPM Rio Real
Aporá	6ª CIPM Rio Real
Crisópolis	6ª CIPM Rio Real
Rio Real	6ª CIPM Rio Real
Jandaíra	6ª CIPM Rio Real
Itapetinga	8ª CIPM Itapetinga
Povoado do Paraíso	24ª CIPM Jacobina
Bairro da Bolívia	33ª CIPM Valença
Bairro do Tento	33ª CIPM Valença
Município do Conde	51ª CIPM Conde
Bairro Duda Macário	5º BPM Euclides da Cunha
Itaberaba	11º BPM Itaberaba
BA 489/Itamaraju	43ª CIPM Itamaraju

continua

conclusão do Anexo I

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA	UNIDADE DE REFERÊNCIA
Dias d'Avila	36ª CIPM Dias d'Avila
Casa Nova	25ª CIPM Casa Nova
Município de Seabra	29ª CIPM Seabra
São Cristóvão	49ª CIPM São Cristóvão
Região I, Setor Norte	3º BPM Juazeiro
Cidade de Firmino Alves	15º BPM Itabuna
Cidade de Barro Preto	15º BPM Itabuna
Cidade de Itapé	15º BPM Itabuna
Cidade de Jussari	15º BPM Itabuna
Cidade de Mascote	15º BPM Itabuna
Cidade de São José da Vitória	15º BPM Itabuna
Brumado	34ª CIPM Brumado
Cidade de Cruz das Almas	27ª CIPM Cruz das Almas
Centro Histórico de Salvador	18º BPM Centro Histórico
Região de Correntina	30ª CIPM Santa Maria da Vitória
Cidade de Itanhém	44ª CIPM Medeiros Neto
Cidade de Lajedão	44ª CIPM Medeiros Neto
Curaçá	45ª CIPM Curaçá
Cachoeira	27ª CIPM Cruz das Almas
Simões Filho	22ª CIPM Simões Filho
União	19º BPM Jequié
Aliança	19º BPM Jequié
Bairro da Caixa d'Água	19º BPM Jequié
Campo Formoso	54ª CIPM Campo Formoso
Esplanada	56ª CIPM Entre Rios
Cidade Baixa	43ª CIPM Itamaraju
Conselho de Segurança	2º BPM Ilhéus
Cidade de Serra Dourada	30ª CIPM Santa Maria da Vitória
Itororó	8ª CIPM Itapetinga
Região de Nazaré	2ª CIPM Nazaré/Barbalho
Serrinha	16º BPM Serrinha
Pau de Ferro	19º BPM Jequié
Urbis III e IV	19º BPM Jequié
Santa Cruz	19º BPM Jequié

Fonte: SSP/PM-BA/Departamento de Modernização e Tecnologia